Sumário

Número de notícias: 44 | Número de veículos: 28

O GLOBO - RJ - CAPA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Estratégia de convencimento	4
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Projetos tentam inibir pirataria e registro indevido de marcas	6
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL PGFN impõe novas condições para transação tributária	8
O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO RECEITA FEDERAL DO BRASIL Deputado é alvo de ação contra fraude e lavagem de dinheiro	10
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO SEGURIDADE SOCIAL STF valida decreto que restabelece alíquota de 4,65% do PIS/Pasep	11
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS SEGURIDADE SOCIAL Auxílio-doença poderá ser pedido nos Correios	13
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS SEGURIDADE SOCIAL Quatro milhões de solicitações até setembro	14
GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL INSS amplia acordo para auxílio doença ser pedido nos Correios	15
O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Auxílio-doença solicitado nas agências dos Correios	16
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Ajuste pós-eleitoral: veja as medidas de corte de gastos que Haddad quer levar a Lula depois do 2º turno	17
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA PIB melhora, mas preocupa especialistas	19
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA Alento tributário para a inclusão digital (Artigo)	21
O GLOBO - RJ - CAPA REFORMA TRIBUTÁRIA Com alívio no debate fiscal, dólar recua para R\$ 5,58	22
O GLOBO - RJ - ESPECIAL - CONSUMO CONSCIENTE REFORMA TRIBUTÁRIA Tema presente no congresso	23

Terça-Feira, 15 de Outubro de 2024

O GLOBO - RJ - ESPECIAL - CONSUMO CONSCIENTE
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Está ocorrendo uma mudança na sociedade' 24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

PIB pode seguir ritmo da economia global, diz Haddad 26

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

PIB medido pelo Banco Central melhora, mas preocupa especialistas 28

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regulamentação da reforma começa a tramitar no Senado 31

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sefaz promoverá seminário sobre Reforma Tributária 32

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nova fase da Reforma Tributária fica para 2025 33

O GLOBO ONLINE - RJ - UM SÓ PLANETA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projetos de lei sobre plástico, reciclagem, benefícios fiscais e certificações tramitam no Congresso 35

O GLOBO ONLINE - RJ - UM SÓ PLANETA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Especialista ressalta que políticas públicas e da educação estimulam consumo sustentável 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Taxação de big techs pelo uso da rede gera debate entre associações 38

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Galípolo defende BC fora de decisão sobre meta 39

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Reforma do imposto sobre a renda deve ficar para 2025, diz Haddad 40

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Caixa relança "raspadinha" após nove anos 41

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Indicadores sinalizam crescimento mais brando no 3º trimestre 42

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Alta de juros deve interromper recuperação de investimentos (Editorial) 45

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Políticas fiscal e monetária em choque (Artigo) 47

Terça-Feira, 15 de Outubro de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Imposto de Renda (Cartas de Leitores)..... 49

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Galípolo dá ênfase às projeções de inflação e cita atividade forte..... 50

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Galípolo coloca foco nas projeções de inflação para determinar ciclo de aperto..... 52

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Brasil vai precisar de capital especulativo para financiar balanço"..... 54

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Estrangeiro precisa "fazer lição de casa" para alocar no Brasil, diz Principal..... 56

A GAZETA - MT - ECONOMIA-MT
ECONOMIA

Bets impactam supermercadistas..... 58

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - ECONOMIA
ECONOMIA

BC será 'dependente de dados e reativo', declara Galípolo..... 59

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Governo deve ajustar política fiscal nos próximos meses..... 60

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - CONJUNTURA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Atividade econômica supera expectativas em agosto..... 61

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Inflação e atividade econômica estão no radar do Banco Central..... 62

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado eleva previsão de crescimento do PIB em 2024..... 63

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado eleva projeção de expansão da economia..... 65

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Projeção do déficit primário do País cai para R\$ 63,8 bi em 2024..... 66

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Estudos sobre riqueza e pobreza das nações levam Nobel de Economia..... 67

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Para economistas, Trump causaria mais déficit e inflação do que Kamala..... 69

Estratégia de convencimento

THAÍS BARCELLOS E ANA FLÁVIA PILAR economia
Soglobo.com. br BRASIUAESÃO PAULO

EM BUSCA DO GRAU DE INVESTIMENTO - O Ministério da Fazenda planeja anunciar medidas estruturais de contenção de gastos após o segundo turno das eleições municipais, marcado para o próximo dia 27. Segundo integrantes da equipe do ministro Fernando Haddad, a intenção é dar andamento à agenda liderada pela Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Ministério do Planejamento, como ajustes nas regras de abono salarial, seguro-desemprego e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

No entendimento da Fazenda, as medidas são necessárias para assegurar a retomada do grau de investimento até o fim do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2026. Esse discurso vai ser encampado pela pasta de Haddad como forma de convencer o presidente Lula e o Congresso Nacional da necessidade da agenda, além de tentar blindar as medidas. O recado também é importante para o mercado, já que um eventual grau de investimentos do país pode melhorar o fluxo de aportes internacionais no país.

IR PODE FICAR PARA 2025

Nos últimos dias, causou incômodo no mercado as notícias sobre os planos do governo federal para aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR), sem que antes tenha sido tomada alguma medida concreta para conter a escalada das despesas obrigatórias, como os benefícios do **INSS**. A notícia de que poderia ser adotado um imposto mínimo para renda de milionários também causou estresse.

A preocupação dos investidores é que o governo estaria seguindo focado em uma agenda de aumento de receitas, enquanto deixa um corte de gastos estrutural de fora da pauta. Por enquanto, a única estratégia na parte dos gastos é o pente-fino em programas do governo, que deve gerar economia de R\$ 25,9 bilhões em 2025.

Como antecipou O GLOBO, a equipe econômica estuda formas de colocar em prática a promessa de campanha de Lula de isentar do IR quem ganha até R\$ 5.000. Haddad disse, na semana passada, que Lula está avaliando quatro cenários de compensação e um deles seria a tributação mínima de milionários.

Ontem, o ministro afirmou, em evento do mercado financeiro, que não sabe se será possível encaminhar a reforma do IR este ano e que quer terminar "tarefas in-conclusas", como o programa de revisão do gasto. Mais cedo, a notícia publicada pela agência Reuters sobre a possibilidade de proposta de medidas de corte de gastos já neste ano animou investidores e fez o dólar cair.

- Não sei se será possível fazer (a reforma do Imposto de Renda) neste ano, até porque nós estamos com o calendário apertado e com tarefas inconclusas que gostaríamos de entregar neste ano, que é o programa do Planejamento com a Fazenda de revisão de gastos -afirmou.

Ontem, Haddad disse também que "às vezes vazam documentos" como se fossem uma proposta finalizada, ao comentar as notícias sobre IR. Disse que os estudos demandam tempo, dada a complexidade dos dados analisados pela **Receita Federal**, inclusive no exterior. A intenção, segundo ele, é alinhar as normas brasileiras às melhores práticas internacionais, garantindo que a reforma seja neutra tanto no imposto sobre consumo quanto no IR.

BENEFÍCIOS NA MIRA

Dois integrantes da Fazenda disseram que o que está sendo discutido é a agenda tocada pelo secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, Sérgio Firpo. Os estudos miram aumentar a eficiência das políticas e do gasto público, mas são consideradas impopulares por mexer nas regras de benefícios sociais e assistenciais.

Em entrevista ao GLOBO no mês passado, Firpo afirmou que estavam na mesa estudos para desindexar o BPC do salário mínimo ou alterar a idade necessária para acessar o benefício. O BPC é pago a idosos (65 anos) e pessoas com deficiência de baixa renda que pouco ou nunca contribuíram para o regime. O auxílio equivale a um salário mínimo, hoje em R\$ 1.412.

Outra ideia era alterar o critério de acesso ao abono salarial, que hoje beneficia os trabalhadores com carteira assinada que ganham até dois salários mínimos (R\$ 2.824). A avaliação é de que seria mais justo olhar a renda per capita da família. Há também o diagnóstico de que há uma sobreposição em relação ao seguro-desemprego e a multa do FGTS no caso de demissão de empregados formais.

O envio de propostas de corte de gastos tem como marco o pós-eleições porque as medidas podem ser impopulares e, além disso, o Congresso está esvaziado antes desse período. Além disso, depois das eleições é quando se espera que a **Reforma Tributária** do consumo avance -e o governo não quer misturar os debates.

O avanço na agenda de contenção de gastos é importante para assegurar a retomada do selo de bom pagador na nota de crédito soberana do país. No início do mês, a agência de classificação de risco Moody's elevou a nota de crédito do Brasil, com perspectiva positiva, deixando o país a um passo do grau de investimento.

"Não sei se será possível fazer (a reforma do Imposto de Renda) neste ano, até porque nós estamos com o calendário apertado e com tarefas inconclusas que gostaríamos de entregar neste ano, que é o programa do Planejamento com a Fazenda de revisão de gastos9 Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Projetos tentam inibir pirataria e registro indevido de marcas

Adriana David De São Paulo

Dois projetos de lei que alteram a Lei de Propriedade Industrial (nº 9.279/1996) e estão em tramitação na Câmara dos Deputados prometem atacar dois problemas que preocupam o empresariado brasileiro: a pirataria e o registro de marca com o objetivo de se tirar vantagem financeira. A ideia é ter penas que realmente inibam esses tipos de práticas.

As perdas com a pirataria são gigantes.

Levantamento da Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF) mostra que falsificações, contrabando e pirataria geram um prejuízo anual de R\$ 414 bilhões ao país. O número se refere à perda de arrecadação de **impostos** e ao que as empresas regularizadas deixaram de faturar.

O projeto de lei sobre pirataria é o de nº 3.375/2024. O autor, deputado Julio Lopes (PP - RJ), justifica a proposta pelo fato de a pirataria e a falsificação de marcas estarem "entre as atividades criminosas que mais crescem no Brasil, causando enormes prejuízos ao setor produtivo, ao Estado, aos consumidores e à sociedade como um todo".

Ele acrescenta que, antigamente, produtos falsificados eram escondidos em balcões ou fundos falsos de lojas, mas hoje são expostos abertamente nas vitrines, sem qualquer constrangimento. Essa prática, diz na justificativa, "se intensificou diante da certeza da impunidade, que serve de estímulo para a conduta delituosa".

"As penas atualmente comina- **DIVULGAÇÃO** das aos crimes de contrafação de marcas, previstos nos artigos 189 e 190 da Lei nº 9.279/1996, são excessivamente brandas e não se prestam a inibir a ação dos infratores", afirma ele, que propôs elevar as penalidades.

O projeto altera os artigos 189, 190, 199 e 202 da Lei nº 9.279, de 1996. A pena para quem reproduz, sem autorização do titular, marca registrada, passa a ser de reclusão de dois a quatro anos e multa. Hoje, é de detenção de três meses a um ano ou multa.

Também estará sujeito à mesma pena quem importa, exporta, vende, oferece ou expõe à venda, oculta ou

tem em estoque produto falsificado. Para esse delito, a atual pena é mais suave: detenção de um a três meses ou multa.

No entendimento de Luiza Tângari Coelho, sócia do Madrona Fialho Advogados, agravar o crime, com pena mais forte, mostra que há um esforço conjunto, com muitos envolvidos na questão: o governo, a **Receita Federal** e as plataformas de comércio eletrônico, como Amazon e Mercado Livre, que possuem programas internos de combate à pirataria.

"Quando se agrava os crimes, fecha-se o cerco. Há o fortalecimento da ideia de que haverá ação penal pública incondicionada e mostra-se que o Estado tem tolerância menor a esse tipo de prática", afirma Luiza, acrescentando que, do ponto de vista processual, o PL nº 3.375/2024 torna mais fácil penalizar quem tem esse tipo de conduta.

Isaque Ouverney, gerente de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), responsável pelo estudo "Brasil Illegal em Números", lembra que o custo Brasil afeta não apenas diretamente as empresas, mas também a arrecadação de **impostos**.

"Além das penas, é fundamental a coordenação de ação entre as esferas de governo e a conscientização da população de que esse tipo de produto traz riscos para a saúde e prejuízos a toda sociedade, com perdas de empregos e renda", diz.

Pelo levantamento, produzido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), Firjan e Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), contrabando, pirataria, roubo, concorrência desleal por fraude fiscal, sonegação de **impostos** e furto de serviços públicos provocaram juntos, no ano de 2022, um prejuízo econômico de R\$ 453,5 bilhões ao país. Deste total, a maior parte refere-se aos prejuízos diretos com os **impostos** que deixaram de ser arrecadados - R\$ 136 bilhões.

Estudo específico do segmento de artigos esportivos elaborado pela Ápice, a Associação pela Indústria e Comércio Esportivo, mostra que o comércio de itens falsificados só cresce. No ano de 2023, segundo esse levantamento, foram comercializados mais de 173 milhões de peças/pares de produtos esportivos piratas

no Brasil, correspondendo a 30% do total negociado no país. Na edição anterior da pesquisa, realizada em 2021, foi identificada a venda de 157 milhões de falsificações.

O estudo ainda mostra que o prejuízo no mercado esportivo somou R\$ 22 bilhões no ano passado.

Isso significa que o governo deixou de arrecadar em torno de R\$ 5 bilhões em **impostos** naquele ano.

Para Renato Jardim, diretor executivo da Ápice, é importante ressaltar que não só as empresas e o governo são impactados com a pirataria, a falsificação de produtos esportivos vai muito além de perdas econômicas. "Há males físicos que podem emergir por meio do uso de equipamentos inadequados, que não foram desenvolvidos com a tecnologia necessária para proteger esportistas e praticantes de atividades físicas no geral", diz.

Atualmente, há inúmeras lojas comercializando itens falsificados, o que mostra que a impunidade faz com que isso aconteça, na opinião da advogada Mariana Valverde, especialista em marcas e patentes.

"A tendência é que a tipificação penal auxilie no combate às infrações.

A pirataria ficou praticamente institucionalizada", afirma.

Angelo Prata de Carvalho, do Ana Frazão Advogados, porém, mantém-se cético em relação à efetividade da ampliação da pena para a diminuição da prática de pirataria. Ele destaca o efeito mais punitivo do PL nº 3.375 em relação ao PL nº 2.496, de 2024, que torna crime o registro de marca para exigir vantagem ilícita e estabelece pena de um a três meses de detenção ou multa.

Em relação ao PL 2.496/2024, de autoria do deputado Helder Salomão (PT/ES), os advogados se dividem em relação à sua eficácia e impacto. O texto propõe a tipificação na Lei de Propriedade Intelectual do "crime de registro fraudulento de marca".

Para a advogada Luiza Tângari Coelho, talvez a mudança ajude do ponto de vista cultural para mostrar a importância de se criminalizar.

"É difícil saber se a pena de um a três meses de detenção irá desencorajar a prática de registrar marca para tirar vantagem", afirma.

Também é complicado, diz Angelo Prata de Carvalho, comprovar se houve comportamento estratégico abusivo, se houve desvio de finalidade ou má-fé para

lucrar em cima do registro da marca. "Difícil saber se haverá efetividade. Talvez seja mais simbólica. Difícil reduzir a prática."

"A pirataria no Brasil ficou praticamente institucionalizada" Mariana Valverde

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188013>

PGFN impõe novas condições para transação tributária

Luiza Calegari De São Paulo

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) alterou as regras dos acordos para a quitação de débitos tributários - as transações. As novas previsões para a regulamentação dessas negociações estão na Portaria PGFN nº 1.457, publicada recentemente, que, apontam tributaristas, podem aumentar os questionamentos judiciais.

Para o ano que vem, a expectativa do Ministério da Fazenda é que os acordos firmados a partir de editais do Programa de Transação Integral (PTI) devem gerar R\$ 26,48 bilhões aos cofres públicos.

No PTI estão inclusas duas novas modalidades: uma para recuperar créditos inscritos em dívida ativa e com a cobrança judicializada e outra para tratar de grandes teses em disputa no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

O programa de transação tributária foi lançado no ano de 2022, com regulamentação pela Portaria nº 6.757. Na modalidade individual, destinada a contribuintes com dívidas acima de R\$ 10 milhões, o acordo é feito a partir de uma proposta apresentada pelo contribuinte ou de uma proposta feita pela PGFN.

Também é possível fechar a transação por adesão. Nesse caso, os termos do acordo não são debatidos entre o contribuinte e o Fisco. As novas regras disciplinam esse tipo de acordo.

A Portaria PGFN nº 1.457 altera a anterior, de nº 6.757. Uma das novas regras determina que o contribuinte precisa estar em dia não só com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, mas também com **Receita Federal**, após a assinatura do acordo.

Segundo o tributarista César Chinaglia, sócio do Chinaglia Nicacio Advogados, a exigência apertou o prazo para o contribuinte quitar novas dívidas tributárias.

Ele explica que, segundo a previsão anterior, os contribuintes deveriam regularizar em até 90 dias os débitos inscritos em dívida ativa. Com a nova portaria, esse prazo de 90 dias já começa a correr a partir de sua exigibilidade, sem a necessidade de esperar a

inscrição.

A diferença, acrescenta o tributarista, é grande porque não é raro levar mais de seis meses para a inscrição em dívida ativa. Na norma, lembra ele, não ficou claro ainda se essa nova exigência abrangeria os acordos já firmados.

Contudo, a PGFN esclareceu ao Valor que as novas regras aplicam-se somente às transações fechadas após a mudança. "Importante destacar que o contribuinte é alertado e tem prazo para sanar eventual irregularidade. Não se trata, portanto, de rescisão automática ou imediata", afirma o órgão em nota.

Essa limitação para a aplicação das mudanças foi comemorada por especialistas. De acordo com Chinaglia, novidades em termos de regras para os acordos não podem retroagir. "Os termos de transação firmados entre contribuinte e Fisco são verdadeiros contratos entre as partes, os quais devem prevalecer em face de novas portarias ou atos normativos", diz.

Para Eduardo Krutman, sócio da área tributária do escritório RMMG Advogados em São Paulo, com o esclarecimento, a PGFN assume que, antes da portaria, a manutenção da regularidade fiscal não se aplicava aos débitos que tramitavam apenas no âmbito da **Receita Federal**, sem inscrição em dívida ativa da União.

Outro ponto que tinha levantado preocupações entre os contribuintes é a determinação, pela nova portaria, de que a PGFN não pode mais abrir editais que contemplem débitos instituídos há menos de 90 dias (artigo 41 da portaria original).

Assim, segundo aponta Rodrigo Bevilaqua, sócio da área tributária do Cescon Barriou, a PGFN deixa claro que débitos novos não podem ser incluídos em novos acordos de transação. "Essa mudança tem potencial para alterar a dinâmica das transações, quando conjugada com a primeira regra, da obrigação de regularidade mais cedo", afirma.

O especialista explica que os débitos novos precisam ser regularizados no momento em que se tornam exigíveis, ou seja, quando o contribuinte tem uma dívida nova que declarou e ainda não pagou, por falta

de caixa ou qualquer outro motivo. Durante o prazo necessário para essa regularização, não é possível firmar um novo acordo de transação tributária.

Dessa forma, só resta ao contribuinte a opção de parcelamento ordinário, que não oferece nenhum tipo de benefício.

Na resposta enviada ao Valor, a PGFN admite que a intenção é esta.

"As mudanças propostas pela Portaria PGFN nº 1457/2024 buscam reforçar o caráter resolutivo da transação tributária. O contribuinte que firmar acordo com a União deve agir e assumir compromisso de manter-se regular. A transação não é destinada a ser o instrumento de pagamento ordinário dos **tributos**", afirma o órgão.

Segundo Krutman, do RMMG Advogados, apesar da boa intenção, o empecilho criado para a regularização dos contribuintes pode motivar a judicialização.

"Quando se cria um critério de exclusão sem embasamento legal, apenas com base em dispositivo regulamentar, acaba-se abrindo margem para questionamento", diz. "Já vimos isso acontecer em outros casos de programas de incentivo à regularização de dívidas tributárias, como o Refis, por exemplo."

"Exigência apertou o prazo para o contribuinte quitar novas dívidas " César Chinaglia

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188013>

Deputado é alvo de ação contra fraude e lavagem de dinheiro

O deputado estadual Thiago Rangel (PMB) foi alvo de uma ação da PF, ontem, contra fraudes em licitações e lavagem de dinheiro. A Operação Postos de Midas contou com mais de 60 agentes cumprindo 14 mandados de busca e apreensão em endereços residenciais, comerciais e em quatro prédios públicos no Rio, em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, além de nas Regiões Metropolitana e dos Lagos. Os agentes apreenderam R\$ 165 mil em dinheiro, veículo de luxo blindado avaliado em cerca de R\$ 350 mil, celulares, computadores e documentos.

A ação teve o apoio da **Receita Federal** e do Ministério Público do Rio (MPRJ) e também investiga os crimes de organização criminosa, corrupção ativa e passiva, peculato e outros.

As investigações apontaram que, quando concorreu ao cargo de vereador por Campos, Thiago declarou patrimônio de R\$ 224 mil, composto por dois veículos, participação no valor de R\$ 60 mil em um posto de gasolina e um jet ski. Já em 2022, ao disputar as eleições para deputado estadual, tinha mais de R\$ 1,9 milhão.

Atualmente, o parlamentar conta com uma rede de 18 postos de combustíveis, além de 12 empresas identificadas na investigação.

De acordo com a PF, o inquérito policial das Delegacias Regional de Polícia Judiciária e de Polícia Federal em Campos dos Goytacazes teve início pelo compartilhamento de provas a partir da prisão de um dos membros da quadrilha investigada.

Ele era considerado o braço direito do deputado estadual e foi autuado em flagrante por corrupção eleitoral, em 30 de setembro de 2022.

As investigações revelaram contratações diretas, com dispensa fraudulenta de licitação, de empresas ligadas ao deputado ou 'emprestadas' a ele. Por meio do esquema, ocorria sobrepreço e desvio de recursos públicos, que eram lavados através de uma rede de postos de combustíveis.

A Polícia Federal também apura se houve a prática de direcionamento de licitações para o mesmo grupo econômico.

Procurada pelo DIA, a Alerj disse que acompanha o caso com atenção e vai aguardar a decisão da Justiça sobre as investigações.

Disse, ainda, que todas as providências cabíveis serão tomadas com base no Regimento Interno da Casa.

Já a defesa do deputado estadual Thiago Rangel não retornou o contato até o fechamento desta edição.

O espaço está aberto para manifestação.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12836/15-10-2024.html>

STF valida decreto que restabelece alíquota de 4,65% do PIS/Pasep

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou, por unanimidade, o decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), editado no seu primeiro dia de governo, que restabeleceu a alíquota de 4,65% do Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (PIS/Cofins) sobre receitas financeiras. A medida foi tomada porque, no apagar das luzes do governo de Jair Bolsonaro (PL), em 30 de dezembro de 2022, foi editado decreto para reduzir as alíquotas pela metade, para 2,33% no total.

A discussão girou em torno da obrigatoriedade da anterioridade nonagesimal (a chamada noventena, ou espera de 90 dias entre o aumento de um tributo e o recolhimento da alíquota majorada) para a cobrança da alíquota de 4,65%.

A Advocacia-Geral da União (AGU) acionou o Supremo por meio de uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC). O pedido era que a Corte confirmasse a validade do decreto diante de decisões proferidas pela Justiça Federal que autorizaram empresas a continuar recolhendo as alíquotas de 2,33%. O argumento dos contribuintes era que os efeitos do decreto de Lula deveriam começar apenas em abril.

O governo alega, por outro lado, que a alíquota de 4,65% já estava vigente desde 2015 e, por isso, não haveria surpresa para o contribuinte.

Segundo a AGU, estavam em jogo R\$ 5,8 bilhões por ano aos cofres públicos.

"O caso não versa sobre restabelecimento de alíquota de PIS/Cofins incidentes sobre receitas financeiras, mas tão somente da manutenção do índice que já vinha sendo pago pelo contribuinte desde 2015", afirmou o relator, Cristiano Zanin, em seu voto.

De acordo com Zanin, não é possível sustentar que o decreto do governo Bolsonaro gerou alguma expectativa legítima para os contribuintes, já que a própria norma previa que os efeitos começariam a valer em 1º de janeiro de 2023 - mesmo dia em que o Lula, já empossado, publicou o novo decreto.

Em março de 2023, o ministro Ricardo Lewandowski (hoje aposentado) atendeu ao pedido da AGU e concedeu liminar para suspender decisões judiciais

que haviam decidido no sentido contrário. A medida cautelar foi referendada com maioria de nove votos.

Como a decisão liminar era provisória, agora o Supremo analisou o mérito da questão, de forma definitiva.

-

Governo prepara projeto de reforma do Imposto de Renda

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o governo ainda está em etapa de análise para elaboração do projeto de reforma do Imposto de Renda, com estudos que incluem avaliação sobre a eficácia das deduções que contribuintes podem fazer atualmente, além da análise de modelos internacionais de tributação de dividendos.

"Estamos abrindo as contas, quanto significam as deduções por rubrica, o que isso significa, quais são as classes favorecidas, se isso tem justiça tributária envolvida, se não tem, se tem injustiça", disse o ministro em evento do Itaú BBA.

"A OCDE calibrou essas alíquotas de maneira a taxar dividendos de forma organizada, sem comprometer investimento nem promover qualquer tipo de injustiça", acrescentou.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já criticou publicamente as renúncias de arrecadação geradas por deduções de gastos com saúde no pagamento de Imposto de Renda, argumentando que o benefício não alcança a fatia mais pobre da população. O mandatário também já defendeu que a distribuição de dividendos por empresas a acionistas, atualmente isenta, passe a ser tributada.

No evento, Haddad colocou em dúvida o envio ainda neste ano da proposta de reforma do IR ao Congresso Nacional, afirmando que os estudos são "mais preliminares" do que outros temas debatidos no governo.

Após afirmar que as análises demandam mais tempo e não podem ser realizadas em poucas semanas, o ministro demonstrou incômodo com vazamentos de informações sobre a reforma, que, segundo ele,

muitas vezes são errôneas por não representarem uma decisão final, mas sim estudos preliminares.

A Folha de S.Paulo mostrou na última semana que a taxaço sobre milionários era uma das alternativas para compensar a ampliaço da faixa de isenço do IR, ideia que foi posteriormente confirmada por Haddad.

No evento de ontem, o ministro ressaltou que é preciso garantir que a reforma do IR será neutra para as contas públicas. Para ele, o ajuste fiscal precisa ser feito em outras frentes, não nessa proposta.

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-15-10-2024/>

Auxílio-doença poderá ser pedido nos Correios

RIO E BRASÍLIA - O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) ampliou ontem uma parceria para que os pedidos de benefício por incapacidade temporária - antigo auxílio-doença - possam ser feitos em 2,6 mil agências dos Correios de todo país. A medida tem o objetivo de aumentar a velocidade para a concessão dos pagamentos.

Com a ampliação, os segurados poderão fazer o requerimento do Atesmed, ferramenta de análise de documentação médica, diretamente nas agências dos Correios, com o funcionário da unidade preenchendo a solicitação no sistema do **INSS**. O segurado também pode iniciar o requerimento ligando para a Central 135. Nesse caso, terá um prazo de cinco dias para apresentar a documentação exigida.

A solicitação do benefício por incapacidade temporária ainda pode ser feita em 1,6 mil agências do **INSS**, que já ofertam o serviço, além do Meu **INSS** (aplicativo ou site) e Central 135.

Desde de março, testes para essa nova modalidade começaram com um projeto-pi-loto em Fortaleza, no Ceará. A ampliação dos serviços está prevista para ocorrer a partir do ano que vem.

Os segurados também vão poder fazer o cumprimento de exigência para todos os requerimentos do **INSS**, envio de documentos ou informações pendentes para a concessão de um benefício previdenciário, nos Correios. A medida foi assinada pelos presidentes do **INSS**, Alessandro Stefanutto, e dos Correios, Fabiano Silva dos Santos, e pelo ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, em Brasília.

Site: https://app2.smi.srv.br/_smi/Admin/Noticia/

Quatro milhões de solicitações até setembro

Stefanutto afirmou que, atualmente, os benefícios estão sendo analisados em até 15 dias. Com ampliação do acordo com os Correios, será mais fácil acessar o serviço.

- Nossos segurados que não têm acesso à internet e encontram dificuldade em fazer o requerimento pelo aplicativo terão mais essa comodidade: serem atendidos mais próximo de casa - disse o presidente do **INSS**.

Já o presidente dos Correios ressaltou que a empresa está presente em todas as cidades do Brasil.

A solicitação de benefício por incapacidade temporária representa 78,66% dos benefícios concedidos, segundo o governo federal. De julho de 2023, quando o Atestmed foi reformulado, até setembro deste ano, foram realizados 4 milhões de requerimentos pelo sistema. Desse total, 2 milhões foram concedidos. t

Site: https://app2.smi.srv.br/_smi/Admin/Noticia/

INSS amplia acordo para auxílio doença ser pedido nos Correios

G1

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vai ampliar o acordo para que pedidos do benefício por incapacidade temporária pelo Atestmed sejam feitos em agências dos Correios. O Atestmed é o serviço online do **INSS** para conseguir, sem passar pela perícia médica presencial, o benefício por incapacidade temporária, o antigo auxílio doença.

No primeiro semestre do ano, essa parceria funcionou como projeto piloto em duas cidades do Nordeste: Fortaleza e Aracaju. Ao todo, 11 agências da estatal participaram do teste.

Agora, a ideia é ampliar essa medida para quase 2,6 mil agências dos Correios. Futuramente, o acordo deverá funcionar para 7 mil agências próprias dos Correios.

O **INSS** tem quase 1,6 mil agências pelo país. Já os Correios contam com 11 mil unidades, sendo que 7 mil são agências próprias. A previsão é que isso ocorra a partir do ano que vem.

Pela parceria, um funcionário dos Correios poderá auxiliar no requerimento via Atestmed e digitalizará o atestado médico e documentos para enviar pelo aplicativo ou site Meu **INSS**.

Outra possibilidade é que o segurado inicie o processo pela Central 135 do **INSS** e finalizar o pedido na agência dos Correios.

O presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, disse que pretende reduzir para 15 dias o prazo de resposta a pedidos feitos no Atestmed. Segundo ele, esse prazo tem ficado em torno de 30 dias.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6359>

Auxílio-doença solicitado nas agências dos Correios

O Ministério da **Previdência Social**, o **INSS** e os Correios ampliaram a parceria que permite aos segurados solicitarem o benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) por meio do Atestmed no Balcão Cidadão em 2,6 mil agências próprias dos Correios em todo o país.

O anúncio foi feito ontem, durante evento em Brasília.

O Atestmed é uma ferramenta que permite a troca da perícia médica presencial pela análise documental eletrônica em benefícios de curta duração, como por incapacidade temporária.

AUMENTAR REDE

De acordo com o **INSS**, o objetivo do anúncio de ontem é de que a parceria chegue a todas as unidades dos Correios, que vão se somar às 1,6 mil do **INSS** que já ofertam o serviço, além do aplicativo 'Meu **INSS**' e Central 135.

A solicitação de benefício por incapacidade temporária representa 78,66% dos benefícios concedidos.

De julho de 2023, quando o Atestmed foi reformulado, até setembro de 2024, foram realizados 4.055.181 requerimentos, segundo o **INSS**.

Desse total, 2.034.867 foram concedidos.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12836/15-10-2024.html>

Ajuste pós-eleitoral: veja as medidas de corte de gastos que Haddad quer levar a Lula depois do 2º turno

O Ministério da Fazenda planeja anunciar medidas estruturais de contenção de gastos após o segundo turno das eleições municipais, marcado para o próximo dia 27. Segundo integrantes da equipe do ministro Fernando Haddad, a intenção é dar andamento à agenda liderada pela Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Ministério do Planejamento, como ajustes nas regras de abono salarial, seguro-desemprego e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

No entendimento da Fazenda, as medidas são necessárias para assegurar a retomada do grau de investimento até o fim do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2026. Esse discurso vai ser encampado pela pasta de Haddad como forma de convencer o presidente Lula e o Congresso Nacional da necessidade da agenda, além de tentar blindar as medidas.

O recado também é importante para o mercado, já que um eventual grau de investimentos do país pode melhorar o fluxo de aportes internacionais no país.

IR pode ficar para 2025

Nos últimos dias, causou incômodo no mercado as notícias sobre os planos do governo federal para aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR), sem que antes tenha sido tomada alguma medida concreta para conter a escalada das despesas obrigatórias, como os benefícios do **INSS**. A notícia de que poderia ser adotado um imposto mínimo para renda de milionários também causou estresse.

A preocupação dos investidores é que o governo estaria seguindo focado em uma agenda de aumento de receitas, enquanto deixa um corte de gastos estrutural de fora da pauta. Por enquanto, a única estratégia na parte dos gastos é o pente-fino em programas do governo, que deve gerar economia de R\$ 25,9 bilhões em 2025.

Como antecipou O GLOBO, a equipe econômica estuda formas de colocar em prática a promessa de campanha de Lula de isentar do IR quem ganha até R\$ 5.000. Haddad disse, na semana passada, que

Lula está avaliando quatro cenários de compensação e um deles seria a tributação mínima de milionários.

Ontem, o ministro afirmou, em evento do mercado financeiro, que não sabe se será possível encaminhar a reforma do IR este ano e que quer terminar "tarefas inconclusas", como o programa de revisão do gasto. Mais cedo, a notícia publicada pela agência Reuters sobre a possibilidade de proposta de medidas de corte de gastos já neste ano animou investidores e fez o dólar cair.

- Não sei se será possível fazer (a reforma do Imposto de Renda) neste ano, até porque nós estamos com o calendário apertado e com tarefas inconclusas que gostaríamos de entregar neste ano, que é o programa do Planejamento com a Fazenda de revisão de gastos - afirmou.

Ontem, Haddad disse também que "às vezes vazam documentos" como se fossem uma proposta finalizada, ao comentar as notícias sobre IR. Disse que os estudos demandam tempo, dada a complexidade dos dados analisados pela **Receita Federal**, inclusive no exterior.

A intenção, segundo ele, é alinhar as normas brasileiras às melhores práticas internacionais, garantindo que a reforma seja neutra tanto no imposto sobre consumo quanto no IR.

Benefícios na mira

Dois integrantes da Fazenda disseram que o que está sendo discutido é a agenda tocada pelo secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, Sérgio Firpo. Os estudos miram aumentar a eficiência das políticas e do gasto público, mas são consideradas impopulares por mexer nas regras de benefícios sociais e assistenciais.

Em entrevista ao GLOBO no mês passado, Firpo afirmou que estavam na mesa estudos para desindexar o BPC do salário mínimo ou alterar a idade necessária para acessar o benefício. O BPC é pago a idosos (65 anos) e pessoas com deficiência de baixa renda que pouco ou nunca contribuíram para o regime.

O auxílio equivale a um salário mínimo, hoje em R\$ 1.412.

Outra ideia era alterar o critério de acesso ao abono salarial, que hoje beneficia os trabalhadores com carteira assinada que ganham até dois salários mínimos (R\$ 2.824). A avaliação é de que seria mais justo olhar a renda per capita da família. Há também o diagnóstico de que há uma sobreposição em relação ao seguro-desemprego e a multa do FGTS no caso de demissão de empregados formais.

O envio de propostas de corte de gastos tem como marco o pós-eleições porque as medidas podem ser impopulares e, além disso, o Congresso está esvaziado antes desse período. Além disso, depois das eleições é quando se espera que a **Reforma Tributária** do consumo avance - e o governo não quer misturar os debates.

O avanço na agenda de contenção de gastos é importante para assegurar a retomada do selo de bom pagador na nota de crédito soberana do país. No início do mês, a agência de classificação de risco Moody's elevou a nota de crédito do Brasil, com perspectiva positiva, deixando o país a um passo do grau de investimento.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/10/15/ajuste-pos-eleitoral-veja-as-medidas-de-corte-de-gastos-que-haddad-quer-levar-a-lula-depois-do-2o-turno.ghtml>

PIB melhora, mas preocupa especialistas

» **RAPHAEL PATI** » **FERNANDA STRICKLAND**

A economia registrou crescimento de 0,23% em agosto, na comparação com julho, segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), indicador considerado a prévia do Produto Interno Bruto (**PIB**).

De acordo com os dados do BC, em relação a agosto de 2023, o crescimento foi de 3,1%, o que reforça a percepção de crescimento da economia.

No acumulado de 12 meses até agosto, o índice registrou um avanço de 2,5%, reflexo do crescimento moderado, porém consistente, ao longo do período.

Desde o início de 2024, o indicador acumula alta de 2,9%, o que reflete o resultado de políticas expansionistas promovidas pelo governo federal, que proporcionaram um ambiente de consumo mais favorável e taxa de desemprego em queda.

Na avaliação do economistachefe da Bluematrix Asset, Renan Silva, a expansão da economia está diretamente relacionada à melhora das condições de trabalho e da renda, alinhado com o aumento das vendas no varejo.

"Outro motivo é o aumento expressivo na concessão de crédito, agora, no acumulado de 2024, que em razão da maior confiança, tanto do consumidor quanto do empresário, aumentou o ímpeto dos bancos voltarem a emprestar com mais força", analisa.

Para o economista, o impulso deve continuar até o final do ano, com a proximidade de datas importantes para o varejo, que costumam aquecer a economia, como a Black Friday e o Natal. "Algumas instituições financeiras já estão projetando o **PIB** até na ordem de 3,3% até 3,5% para 2024", completa Silva.

Cautela Apesar do otimismo e das projeções que apontam para um crescimento maior do que o projetado anteriormente, parte dos especialistas aponta que é necessário ter cautela ao prever qual será o ritmo de expansão da economia nos próximos meses.

Embora celebre o resultado, o professor de Economia do Ibmec- DF, William Baghdassarian, destaca que a insistência do governo em aumentar a receita sem cortar as despesas pode ser maléfica em médio ou longo prazo.

"(O governo) gasta mais do que ganha. Então ele está acumulando dívida. Esse acúmulo de dívida faz com que as pessoas comecem a questionar se o governo realmente vai pagar a dívida", questiona o economista. Ele também cita o aumento do número de postos de trabalho como um fator que gera maior pressão inflacionária a nível federal.

O professor do Ibmec avalia que é necessário acompanhar a trajetória da **inflação**. No último Boletim Macrofiscal, divulgado em setembro pelo Ministério da Fazenda, a estimativa para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2024 foi revisada de 3,9% para 4,25%.

Já para o professor de Economia da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto, Luciano Nakabashi, as principais questões que devem permanecer no radar, além da perseguição à meta fiscal, são a sustentabilidade do crescimento e a própria **inflação**. "Então a gente tem tido esse crescimento bastante alto, que é positivo, mas o problema é essa questão inflacionária e a questão do deficit.

Não é um crescimento sustentável", pontua.

Focus No mercado financeiro, os analistas elevaram a estimativa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2024, pela segunda semana consecutiva, passando de 4,38% para 4,39%, de acordo com o Relatório de Mercado Focus, divulgado ontem, também pelo BC. Para 2025, no entanto, a previsão de **inflação** caiu de 3,97% para 3,96%.

Para o produto interno bruto (**PIB**), a mediana das projeções para 2024 subiu de 3,0% para 3,01%. A previsão para 2025 permaneceu estável em 1,93%, enquanto a estimativa para 2026 segue em 2,0% há 62 semanas.

-

Governo deve elevar previsão para 2024

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, ontem, que o governo federal pode aumentar, mais uma vez., a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) ainda este ano. Durante um evento promovido pelo banco Itaú BBA, o chefe da pasta sinalizou que a equipe econômica pode revisar para

cima a atual projeção de 3,2%.

Em setembro, a secretaria de Política Econômica do ministério, revisou para cima a estimativa de crescimento que, até julho, estava em 2,5% no ano.

"Talvez a gente tenha que rever mais uma vez o **PIB** deste ano", afirmou o ministro, que não enxerga um crescimento da economia menor do que a média mundial. Atualmente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) também estima um avanço de 3,2% na economia global. "Não tem por que não mirar uma taxa de crescimento, no mínimo, acima da média mundial. Estivemos muito tempo abaixo", disse.

Durante o evento, Haddad demonstrou otimismo com o cenário fiscal do país e defendeu novamente o arcabouço aprovado no ano passado. Segundo ele, as expectativas de **inflação** devem "voltar a se alinhar com o que a economia real está demonstrando" à medida em que o mercado reconheça "a consistência do arcabouço".

Com a defesa da regra fiscal e a confiança em atingir a meta em 2024, o ministro ainda espera retomar o grau de investimento em pelo menos uma das agências de risco que definem a nota de crédito do país. Recentemente, a Moody's elevou a nota do Brasil, de Ba2 para Ba1, o que indica que o país está a um passo do grau de investimento.

Na visão de Haddad, a agenda apresentada pelo governo destaca que as "condições para o Brasil se desenvolver adequadamente estão quase dadas". Nesse sentido, ele ainda espera ser necessário um "ajuste" no contexto fiscal. "Se defendermos a arquitetura do arcabouço fiscal, vamos chegar ao grau de investimento", defendeu.

O ministro da Fazenda ainda disse que o governo espera viabilizar, em breve, uma proposta de **reforma tributária** sobre a renda, que deve ser entregue ao Congresso Nacional somente no ano que vem. "Não sei se será possível fazê-la esse ano, até porque estamos com um calendário apertado e tarefas inconclusas que queremos entregar esse ano, como o projeto da Fazenda com a União, de revisão de gastos", apontou o ministro.

Haddad destacou que a equipe econômica trabalha para "levar todas as alternativas técnicas" para apresentar ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, além dos outros ministros de Estado. "Estamos abrindo as contas do Imposto de Renda atual. Quanto significa essas deduções por rubrica? Quais classes são favorecidas com a medida?

Tem justiça tributária ou não?", levantou.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6528/15-10-2024.html?all=1>

Alento tributário para a inclusão digital (Artigo)

» **MARCOS FERRARI** *Presidente-executivo da Conexis Brasil Digital*

O Brasil fechou julho de 2024 com cerca de 345 milhões de contratos de telecomunicações, número bem superior à população do país, que, segundo atualização do Censo de 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em agosto, atingiu 212,5 milhões até 1º de julho deste ano. Do total de acessos, 260 milhões são de celulares, outros 50 milhões são banda larga fixa e o restante se dividiu entre acessos de telefonia fixa e TV por assinatura.

Temos mais usuários do que qualquer outro setor econômico, cenário que reafirma a importância da conectividade no dia a dia dos brasileiros.

Esse expressivo avanço foi consequência dos fortes investimentos realizados pelas empresas do setor a partir da adoção de um estratégico e ousado plano de expansão. Apesar de todo esse esforço, o Brasil ainda registra desigualdades na distribuição dos acessos - o que afeta principalmente os brasileiros de baixa renda. Pesquisa do IBGE sobre orçamento familiar aponta que as famílias com ganhos de até um salário mínimo comprometem 11,5% da sua renda com serviços de telecomunicações. Além disso, na mesma faixa de renda, 22% não têm acesso à internet, mesmo com o custo do serviço no Brasil figurando entre os mais baixos do mundo.

A inclusão digital é uma das principais bandeiras defendidas pela Conexis e por suas associadas, por entenderem que o Brasil precisa de uma política pública que promova a inclusão digital de forma definitiva, o que, certamente, terá reflexo no acesso à educação, à saúde, à informação, à bancarização, enfim, a todos os benefícios que a tecnologia permite, principalmente nas camadas sociais de baixa renda.

Hoje, quase 30% do valor da conta de telecom são **tributos**, a carga tributária do setor no Brasil é a terceira maior do mundo (29%) e o cashback na mesma base de energia elétrica, água, esgoto e gás natural é fundamental para que o serviço chegue a mais brasileiros. Seria um alento tributário na conta da população mais vulnerável.

telecomunicações e a **Reforma Tributária**, em discussão no Congresso Nacional, indica que a inclusão de serviços de telecomunicações no cashback de 100% para a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e 20% para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a mesma prevista para os serviços de energia elétrica, água, esgoto e gás natural, teria impacto praticamente nulo, de 0,01 ponto percentual, na alíquota de referência do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Uma variação tão pequena que sequer é computada pelo Simulador de Imposto sobre Valor Agregado lançado pelo Banco Mundial.

Os serviços de telecomunicações são fundamentais para o desenvolvimento econômico e têm papel relevante na redução das desigualdades sociais. É preciso, portanto, entender que inclusão digital é um serviço essencial em um mundo marcado por profundas transformações tecnológicas. Diferentes setores da economia estão trabalhando com o governo federal e o Congresso Nacional para construir uma **Reforma Tributária** que atenda às principais necessidades da população. A defesa da ampliação do cashback ao setor de telecomunicações diz aos mais pobres que eles não ficarão fora desse esforço.

» **MARCOS FERRARI** *Presidente-executivo da Conexis Brasil Digital*

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6528/15-10-2024.html?all=1>

Com alívio no debate fiscal, dólar recua para R\$ 5,58

ISA MORENA VISTA

Após as falas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e do futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, em evento do Itaú, o dólar fechou em queda de 0,58%, a R\$ 5,5821. A moeda chegou a abrir em alta, mas passou a recuar depois de o ministro afirmar que a segunda etapa da **Reforma Tributária**, que trata da tributação sobre a renda, não deve ser finalizada neste ano.

Além disso, ele reforçou que a reforma deverá ser neutra do ponto de vista fiscal - isto é, não deve gerar nem aumento na arrecadação, nem ampliar o déficit do governo. A questão fiscal vem sendo uma das principais preocupações do mercado nas últimas semanas. O pessimismo foi intensificado por uma entrevista do presidente Lula à rádio O Povo/CBN, na última sexta-feira, em que reforçou o desejo de isentar do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil.

No mesmo evento, Galípolo reafirmou que o Banco Central está comprometido em perseguir a meta de **inflação**, o que arrefeceu temores sobre a interferência do governo dentro da autarquia.

EXPECTATIVA DE ALTA NA SELIC

Durante a tarde, o dólar acelerou a queda após a notícia de que o Ministério da Fazenda planeja anunciar medidas estruturais de contenção de gastos após o segundo turno das eleições municipais. Na mínima do dia, a moeda chegou a bater R\$ 5,5655.

Segundo Guilherme Suzuki, sócio da Astra Capital, além do alívio fiscal com as falas de Haddad e o plano de corte de gastos, o discurso de Galípolo trouxe a expectativa de que o BC deve seguir aumentando a Selic para manter a **inflação** dentro da meta. Essa perspectiva estimula a projeção de que o diferencial de juros entre Brasil e EUA -que cortou a taxa básica na última reunião do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) -deve permanecer alto.

Essa diferença costuma atrair capital estrangeiro para o Brasil, o que aumentaria a circulação do dólar no país e promoveria a valorização da moeda doméstica frente à divisa americana.

Mesmo com a euforia, Suzuki alerta que o mercado

espera indícios mais fortes do compromisso do governo com a contenção de gastos.

As falas também afetaram o Ibovespa, que fechou em alta de 0,78%, a 131.005 pontos. Para Adriano Yamamoto, chefe comercial da corretora do C6 Bank, o apetite por risco global também contribuiu para a alta.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Tema presente no congresso

LUCAS ALTINO

Projetos de lei que visam à limitação do uso de plásticos ou concedem benefícios fiscais à indústria de reciclagem tramitam no Congresso. Em junho, o governo federal lançou a Estratégia Nacional da Economia Circular, cujo próximo passo será apresentar metas, padrões e indicadores para que seja implantada.

Apesar da iniciativa bem-vinda, há um longo caminho a se percorrer até que a indústria alcance esse patamar de sustentabilidade, avalia Lara Iwanicki, da Oceana, organização internacional focada nos oceanos, ecossistema que sofre com a poluição plástica.

-É um passo importante, mas a gente precisa de mais especificidade, planos, metas e decretos para que a transição para a economia circular de fato ocorra.

Outra política importante recente, mas também carente de efetividade, segundo especialistas, é o decreto 11.413. Publicado ano passado, instituiu os certificados de crédito de reciclagem de logística reversa. Mas, enquanto se discute uma ferramenta para verificar a emissão desses créditos, o governo ainda não publicou o prometido decreto que estruturaria a logística reversa de embalagens de plástico, que entrou em consulta pública em 2022.

No Legislativo, a discussão sobre **Reforma Tributária** abre espaço para defesa da agenda da reciclagem. Um ponto é incluir o plástico de uso único no rol de imposto seletivo. Além disso, a indústria de reciclagem pleiteia isenções fiscais.

Projetos da agenda sustentável tramitam lentamente. Um deles é o PL 612, de 2007, que obriga o uso de sacolas plásticas biodegradáveis no comércio. Cerca de 70 outros projetos foram apensados a ele. Já o PL 5154 proíbe produção, importação, exportação, comercialização e distribuição de sacolas plásticas descartáveis não compostáveis.

Parado na Comissão de Assuntos Econômicos, o PL 2524 prevê a substituição de canudos, talheres e sacolas de plástico por materiais que possam virar compostos orgânicos e o pagamento a grupos de catadores por serviço ambiental.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

'Está ocorrendo uma mudança na sociedade'

SÉRGIO GARCIA

ENTREVISTA - Hélio Mattar/ PRESIDENTE DO AKATU

A frente do Instituto Akatu, de apoio ao consumo consciente e com trabalhos nas Nações Unidas, o engenheiro de produção Hélio Mattar fala da evolução do tema e da urgência em mudarmos nossos hábitos.

No cotidiano, como o consumidor pode agir?

De uma maneira muito simples. Quanto à água, por exemplo, não usá-la mais do que o necessário. Isso vale para energia elétrica também. O terceiro item é o alimento. Esses três pontos fazem parte do dia a dia. A ação do consumo consciente tem impacto a cada compra, uso e descarte.

Se formos falar de empresas e políticas públicas, em que parte há mais avanços?

A política pública pode ter grande impacto. Vemos a **Reforma Tributária** de agora. É lógico que, se uma peça mais sustentável for privilegiada com taxaço menor, haverá naturalmente uma preferência por ela na hora da compra. Se o governo induzir através de diretrizes específicas a educação da criança e do jovem, essa talvez seja a maneira mais eficaz e permanente de se conseguir a conscientização. Se a escola trabalhar a dimensão do consumo de água, alimentos, eletroeletrônicos, roupas, a criança apropriará isso como um valor. Já a pessoa mais velha tem mais dificuldade, ela já estabeleceu a forma de consumir como parte da sua cultura individual e cotidiana.

As gerações mais novas são mais atuantes e sensíveis ao assunto?

Do ponto de vista das gerações, há um fenômeno curioso. Pesquisas do Akatu mostram que a geração Z, ao ser perguntada se consideraria as questões ambientais e sociais ao consumir, ela afirma que sim em maior número. Mas isso na ação cotidiana não se confirma. Os mais velhos têm preocupação com as questões financeiras. Em decorrência disso, são mais atentos a adquirir itens com maior durabilidade, enquanto o jovem não vai olhar tão detidamente a isso.

Como identificar se uma empresa está praticando greenwashing?

A identificação do greenwashing se dá menos pelo consumidor diretamente e mais por ONGs ativistas que verificam se as informações fornecidas pelas empresas são verídicas. Sem essas ONGs, fica difícil ao indivíduo identificar o greenwashing. Numa pesquisa nossa, perguntamos o que a pessoa achava que tornava um produto mais sustentável, e tivemos respostas como "a verdura e o legume que vêm embalados", e não é assim necessariamente. A percepção pode estar errada. Uma caixa de papel reciclado indica que o produto é mais sustentável do ponto de vista da embalagem, mas não dá para dizer que ele como um todo é também. A classificação de A a E sobre gasto de energia em eletroeletrônico é um selo que pegou, as pessoas o levam em consideração na hora da compra, salvo se for mais caro.

Os produtos éticos ainda são mais caros? É preciso escala para torná-los mais viáveis? Como resolver o dilema?

Há uma percepção de que o produto mais sustentável é mais caro? Sim. Mas isso é sempre verdade? Não. Vamos supor que uma cadeia produtiva de alimentos trabalhe fortemente na redução do desperdício. Essa atitude traria a possibilidade de um preço menor na ponta final. É verdade que o custo é a primeira consideração levada em conta pelo consumidor, mas muitos deles ao longo do tempo vão aprendendo e buscando um consumo com o menor impacto sobre o ambiente, que ele está investindo na sociedade em que vive. Se houver credibilidade na informação que a empresa passa, a sustentabilidade será um fator diferenciador, e o cliente poderá pagar mais pelo produto.

O consumo consciente é uma atitude transversal que passa por produção, uso, transporte e descarte, entre outros.

Como pesar tudo isso?

Procuramos sempre deixar claro que não existe produto sustentável. Por esses fatores citados. Existe, sim, produto que é mais sustentável. No caso do Brasil, por exemplo, o transporte é feito por veículos quase na sua totalidade movidos a combustível fóssil.

Há países mais avançados na adoção do consumo consciente?

Os países do norte da Europa como Holanda, Suécia,

Dinamarca e Alemanha têm preocupação maior tanto na sociedade quanto nas políticas públicas. Na Alemanha, a coleta de resíduos eu diria que é resolvida. O governo fez leis que obrigam a separar os resíduos e levá-los ao posto de coleta. Aqui podemos até fazer a separação em casa, mas o material é coletado todo junto. O percentual de consumidores brasileiros que dizem reciclar está em torno de 40 a 45%, no entanto sabemos que isso não é verdade.

Com o bombardeamento da publicidade sobre o consumo, como convencerá pessoa de se ater ao necessário?

Um dos trabalhos que fazemos nas Nações Unidas é o de sensibilizar no sentido de privilegiar itens duráveis. A grande dificuldade que temos é que, se formos dizer qual o primeiro fator do consumo consciente, é comprar somente o necessário. Não antecipar o fim da vida útil do produto. A publicidade vai na direção oposta do consumo consciente, incentivando a compra desnecessária. A troca de celular em perfeitas condições criou um mercado de revenda de aparelhos. Há brechós que vendem roupas em excelentes condições, quase novas. Isso é exemplo de uma mudança que está ocorrendo na sociedade.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PIB pode seguir ritmo da economia global, diz Haddad

Marcelo Osakabe De São Paulo

A economia brasileira tem seu avanço represado desde 2015 e não há motivos para não mirar uma taxa de crescimento parecida com a da economia mundial a partir de agora, avaliou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"Temos um conjunto de projetos de investimentos represados há muito tempo, com altas taxas de retomo, oportunidades há vista de todos, Temos o interesse internacional, que vem atrás de vantagens competitivas que têm a ver com nossa matriz produtiva e energética, em particular", disse Haddad, que participou de um evento do Itaú Unibanco na manhã desta segunda-feira.

"Não tem por que não mirar taxa de crescimento no mínimo igual à média mundial. Penso que o Brasil pode, continuando uma agenda propositiva, mirar uma taxa média acima de 2,5% sem nenhum risco de desequilíbrios importantes."

Questionado sobre a sustentabilidade do arcabouço fiscal, tema que segue no centro da preocupação dos analistas, o ministro elencou mudanças que devem ajudar na tarefa, como a maior sensibilidade do Judiciário às consequências econômicas de suas decisões, a ampliação da abrangência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que passou a ser aplicada também a decisões do Legislativo, e as negociações para trazer a dinâmica das emendas parlamentares para dentro dos limites do arcabouço.

"Vejo dúvidas que o mercado tem, que do meu ponto de vista são justificáveis. Fica difícil enxergar como soma das partes cabe dentro do todo. Esse assunto está presidindo nossas discussões este ano e queremos endereçar essa questão", disse.

Ele acrescentou ainda que o crescimento maior da economia deve ajudar nesse sentido e citou que, mesmo diante desse fato e de uma série de crises neste ano como a seca prolongada e as enchentes no Rio Grande do Sul, o país ainda discute se a inflação terminará 2024 dentro da meta.

Para o ministro, as oportunidades que se oferecem por causa das mudanças climáticas podem fazer o país crescer mais. Segundo ele, diante do interesse

demonstrado por outros países pelas vantagens competitivas do país, em especial em relação à matriz energética, o país ainda está aproveitando pouco as oportunidades que se oferecem.

"Penso que o plano de transformação ecológica, junto com todas as reformas que estão sendo feitas, é uma espécie de cereja do bolo, que pode dar impulso maior ao nosso PIB potencial."

Questionado sobre a elevação da nota de crédito pela Moody's, que deixou o país a um degrau do grau de investimento, afirmou que o movimento é coerente com a situação da economia brasileira hoje e que as condições para crescer com sustentabilidade estão "quase dadas". "Se defendermos a arquitetura do arcabouço, vamos chegar ao grau de investimento, isso não é concessão a não ser à racionalidade da economia", disse.

De acordo com Haddad, o país pode ter "boas surpresas" no debate sobre a estabilização do endividamento do país na virada do ano. "Alguns podem dizer que as estimativas do Tesouro [sobre a trajetória da dívida-PIB] são um pouco otimistas, mas devo lembrar que quando chegamos as expectativas estavam muito pessimistas. Então vamos nos encontrar no meio do caminho", disse.

"Se endereçarmos os problemas que estão no alto das preocupações ultimamente, vamos abrir 2025 em tom bem positivo."

Haddad lembrou que o tema depende dos esforços da Fazenda e também do Banco Central, que são como "dois braços de um mesmo organismo", e que precisam trabalhar juntos. Ele afirmou que a meta é trazer a despesa para baixo de 19% do PIB e fazer um esforço para aumentar a receita, que atualmente representa cerca de 17%.

"Temos espaço para conter o gasto primário, diminuir o tributário para que financeiro se reduza", afirmou. "Sem crescer, não acredito que isso vá acontecer."

Haddad disse ainda que proposta de reforma do Imposto de Renda do governo pode não ser apresentada este ano. "Não sei se será possível fazer neste ano, até porque estamos com o calendário apertado e tarefas inconclusas que gostaríamos de

terminar esse ano, como o programa do ministério do Planejamento e da Fazenda de revisão do gasto."

Além de reiterar que a proposta de reforma do Imposto de Renda deve ser neutra do ponto de vista da arrecadação, assim como a **reforma tributária**, Haddad comentou que um enorme levantamento está sendo feito pela Receita, desde as deduções por rubrica e quem é favorecido por elas, questões como calibragem da taxaço de dividendos para pessoa jurídica-pessoa física e também as melhores práticas da experiência internacional.

Em meio ao debate sobre a situação das contas, o vice-presidente Geraldo Alckmin defendeu ontem, no "Roda Viva", que, se for necessário, o governo deve, sim, fazer cortes no Orçamento. Para ele, basta explicar isso para a população. "Se tiver que ter cortes, tem que explicar e fazer."

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188013?page=1
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188013?page=1§ion=2)**

PIB medido pelo Banco Central melhora, mas preocupa especialistas

Raphael Pati

+

A economia registrou crescimento de 0,23% em agosto, na comparação com julho, segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), indicador considerado a prévia do Produto Interno Bruto (**PIB**). De acordo com os dados do BC, em relação a agosto de 2023, o crescimento foi de 3,1%, o que reforça a percepção de crescimento da economia.

No acumulado de 12 meses até agosto, o índice registrou um avanço de 2,5%, reflexo do crescimento moderado, porém consistente, ao longo do período. Desde o início de 2024, o indicador acumula alta de 2,9%, o que reflete o resultado de políticas expansionistas promovidas pelo governo federal, que proporcionaram um ambiente de consumo mais favorável e taxa de desemprego em queda.

Na avaliação do economista chefe da Bluematrix Asset, Renan Silva, a expansão da economia está diretamente relacionada à melhora das condições de trabalho e da renda, alinhado com o aumento das vendas no varejo. "Outro motivo é o aumento expressivo na concessão de crédito, agora, no acumulado de 2024, que em razão da maior confiança, tanto do consumidor quanto do empresário, aumentou o ímpeto dos bancos voltarem a emprestar com mais força", analisa.

Para o economista, o impulso deve continuar até o final do ano, com a proximidade de datas importantes para o varejo, que costumam aquecer a economia, como a Black Friday e o Natal. "Algumas instituições financeiras já estão projetando o **PIB** até na ordem de 3,3% até 3,5% para 2024", completa Silva.

Apesar do otimismo e das projeções que apontam para um crescimento maior do que o projetado anteriormente, parte dos especialistas aponta que é necessário ter cautela ao prever qual será o ritmo de expansão da economia nos próximos meses.

Embora celebre o resultado, o professor de Economia do Ibmec-DF, William Baghdassarian, destaca que a insistência do governo em aumentar a receita sem cortar as despesas pode ser maléfica em médio ou longo prazo. "(O governo) gasta mais do que ganha. Então ele está acumulando dívida. Esse acúmulo de dívida faz com que as pessoas comecem a questionar

se o governo realmente vai pagar a dívida", questiona o economista. Ele também cita o aumento do número de postos de trabalho como um fator que gera maior pressão inflacionária a nível federal.

O professor do Ibmec avalia que é necessário acompanhar a trajetória da **inflação**. No último Boletim Macroeconômico, divulgado em setembro pelo Ministério da Fazenda, a estimativa para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2024 foi revisada de 3,9% para 4,25%.

Já para o professor de Economia da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto, Luciano Nakabashi, as principais questões que devem permanecer no radar, além da perseguição à meta fiscal, são a sustentabilidade do crescimento e a própria **inflação**. "Então a gente tem tido esse crescimento bastante alto, que é positivo, mas o problema é essa questão inflacionária e a questão do deficit. Não é um crescimento sustentável", pontua.

No mercado financeiro, os analistas elevaram a estimativa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2024, pela segunda semana consecutiva, passando de 4,38% para 4,39%, de acordo com o Relatório de Mercado Focus, divulgado ontem, também pelo BC. Para 2025, no entanto, a previsão de **inflação** caiu de 3,97% para 3,96%. Para o produto interno bruto (**PIB**), a mediana das projeções para 2024 subiu de 3,0% para 3,01%. A previsão para 2025 permaneceu estável em 1,93%, enquanto a estimativa para 2026 segue em 2,0% há 62 semanas.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, ontem, que o governo federal pode aumentar, mais uma vez., a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) ainda este ano. Durante um evento promovido pelo banco Itaú BBA, o chefe da pasta sinalizou que a equipe econômica pode revisar para cima a atual projeção de 3,2%.

Em setembro, a secretaria de Política Econômica do ministério, revisou para cima a estimativa de crescimento que, até julho, estava em 2,5% no ano. "Talvez a gente tenha que rever mais uma vez o **PIB** deste ano", afirmou o ministro, que não enxerga um crescimento da economia menor do que a média mundial. Atualmente, o Fundo Monetário Internacional

(FMI) também estima um avanço de 3,2% na economia global. "Não tem por que não mirar uma taxa de crescimento, no mínimo, acima da média mundial. Estivemos muito tempo abaixo", disse. Durante o evento, Haddad demonstrou otimismo com o cenário fiscal do país e defendeu novamente o arcabouço aprovado no ano passado. Segundo ele, as expectativas de **inflação** devem "voltar a se alinhar com o que a economia real está demonstrando" à medida em que o mercado reconheça "a consistência do arcabouço".

Com a defesa da regra fiscal e a confiança em atingir a meta em 2024, o ministro ainda espera retomar o grau de investimento em pelo menos uma das agências de risco que definem a nota de crédito do país. Recentemente, a Moody's elevou a nota do Brasil, de Ba2 para Ba1, o que indica que o país está a um passo do grau de investimento. Na visão de Haddad, a agenda apresentada pelo governo destaca que as "condições para o Brasil se desenvolver adequadamente estão quase dadas". Nesse sentido, ele ainda espera ser necessário um "ajuste" no contexto fiscal. "Se defendermos a arquitetura do arcabouço fiscal, vamos chegar ao grau de investimento", defendeu.

O ministro da Fazenda ainda disse que o governo espera viabilizar, em breve, uma proposta de **reforma tributária** sobre a renda, que deve ser entregue ao Congresso Nacional somente no ano que vem. "Não sei se será possível fazê-la esse ano, até porque estamos com um calendário apertado e tarefas inconclusas que queremos entregar esse ano, como o projeto da Fazenda com a União, de revisão de gastos", apontou o ministro.

Haddad destacou que a equipe econômica trabalha para "levar todas as alternativas técnicas" para apresentar ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, além dos outros ministros de Estado. "Estamos abrindo as contas do Imposto de Renda atual. Quanto significa essas deduções por rubrica? Quais classes são favorecidas com a medida? Tem justiça tributária ou não?", levantou.

A economia registrou crescimento de 0,23% em agosto, na comparação com julho, segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), indicador considerado a prévia do Produto Interno Bruto (**PIB**). De acordo com os dados do BC, em relação a agosto de 2023, o crescimento foi de 3,1%, o que reforça a percepção de crescimento da economia.

No acumulado de 12 meses até agosto, o índice registrou um avanço de 2,5%, reflexo do crescimento moderado, porém consistente, ao longo do período. Desde o início de 2024, o indicador acumula alta de

2,9%, o que reflete o resultado de políticas expansionistas promovidas pelo governo federal, que proporcionaram um ambiente de consumo mais favorável e taxa de desemprego em queda.

Na avaliação do economista chefe da Bluemetric Asset, Renan Silva, a expansão da economia está diretamente relacionada à melhora das condições de trabalho e da renda, alinhado com o aumento das vendas no varejo. "Outro motivo é o aumento expressivo na concessão de crédito, agora, no acumulado de 2024, que em razão da maior confiança, tanto do consumidor quanto do empresário, aumentou o ímpeto dos bancos voltarem a emprestar com mais força", analisa.

Para o economista, o impulso deve continuar até o final do ano, com a proximidade de datas importantes para o varejo, que costumam aquecer a economia, como a Black Friday e o Natal. "Algumas instituições financeiras já estão projetando o **PIB** até na ordem de 3,3% até 3,5% para 2024", completa Silva.

Apesar do otimismo e das projeções que apontam para um crescimento maior do que o projetado anteriormente, parte dos especialistas aponta que é necessário ter cautela ao prever qual será o ritmo de expansão da economia nos próximos meses.

Embora celebre o resultado, o professor de Economia do Ibmec-DF, William Baghdassarian, destaca que a insistência do governo em aumentar a receita sem cortar as despesas pode ser maléfica em médio ou longo prazo. "(O governo) gasta mais do que ganha. Então ele está acumulando dívida. Esse acúmulo de dívida faz com que as pessoas comecem a questionar se o governo realmente vai pagar a dívida", questiona o economista. Ele também cita o aumento do número de postos de trabalho como um fator que gera maior pressão inflacionária a nível federal.

O professor do Ibmec avalia que é necessário acompanhar a trajetória da **inflação**. No último Boletim Macroeconômico, divulgado em setembro pelo Ministério da Fazenda, a estimativa para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2024 foi revisada de 3,9% para 4,25%.

Já para o professor de Economia da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto, Luciano Nakabashi, as principais questões que devem permanecer no radar, além da perseguição à meta fiscal, são a sustentabilidade do crescimento e a própria **inflação**. "Então a gente tem tido esse crescimento bastante alto, que é positivo, mas o problema é essa questão inflacionária e a questão do deficit. Não é um crescimento sustentável", pontua.

No mercado financeiro, os analistas elevaram a estimativa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2024, pela segunda semana consecutiva, passando de 4,38% para 4,39%, de acordo com o Relatório de Mercado Focus, divulgado ontem, também pelo BC. Para 2025, no entanto, a previsão de **inflação** caiu de 3,97% para 3,96%. Para o produto interno bruto (**PIB**), a mediana das projeções para 2024 subiu de 3,0% para 3,01%. A previsão para 2025 permaneceu estável em 1,93%, enquanto a estimativa para 2026 segue em 2,0% há 62 semanas.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, ontem, que o governo federal pode aumentar, mais uma vez., a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) ainda este ano. Durante um evento promovido pelo banco Itaú BBA, o chefe da pasta sinalizou que a equipe econômica pode revisar para cima a atual projeção de 3,2%.

Em setembro, a secretaria de Política Econômica do ministério, revisou para cima a estimativa de crescimento que, até julho, estava em 2,5% no ano. "Talvez a gente tenha que rever mais uma vez o **PIB** deste ano", afirmou o ministro, que não enxerga um crescimento da economia menor do que a média mundial. Atualmente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) também estima um avanço de 3,2% na economia global. "Não tem por que não mirar uma taxa de crescimento, no mínimo, acima da média mundial. Estivemos muito tempo abaixo", disse. Durante o evento, Haddad demonstrou otimismo com o cenário fiscal do país e defendeu novamente o arcabouço aprovado no ano passado. Segundo ele, as expectativas de **inflação** devem "voltar a se alinhar com o que a economia real está demonstrando" à medida em que o mercado reconheça "a consistência do arcabouço".

Com a defesa da regra fiscal e a confiança em atingir a meta em 2024, o ministro ainda espera retomar o grau de investimento em pelo menos uma das agências de risco que definem a nota de crédito do país. Recentemente, a Moody's elevou a nota do Brasil, de Ba2 para Ba1, o que indica que o país está a um passo do grau de investimento. Na visão de Haddad, a agenda apresentada pelo governo destaca que as "condições para o Brasil se desenvolver adequadamente estão quase dadas". Nesse sentido, ele ainda espera ser necessário um "ajuste" no contexto fiscal. "Se defendermos a arquitetura do arcabouço fiscal, vamos chegar ao grau de investimento", defendeu.

O ministro da Fazenda ainda disse que o governo espera viabilizar, em breve, uma proposta de **reforma tributária** sobre a renda, que deve ser entregue ao

Congresso Nacional somente no ano que vem. "Não sei se será possível fazê-la esse ano, até porque estamos com um calendário apertado e tarefas inconclusas que queremos entregar esse ano, como o projeto da Fazenda com a União, de revisão de gastos", apontou o ministro.

Haddad destacou que a equipe econômica trabalha para "levar todas as alternativas técnicas" para apresentar ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, além dos outros ministros de Estado. "Estamos abrindo as contas do Imposto de Renda atual. Quanto significa essas deduções por rubrica? Quais classes são favorecidas com a medida? Tem justiça tributária ou não?", levantou.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/10/6964854-pib-medido-pelo-banco-central-melhora-mas-preocupa-especialistas.html>

Regulamentação da reforma começa a tramitar no Senado

Caetano Tonet, Marcelo Ribeiro e Lu Aiko Otta De Brasília

Passados mais de 90 dias da aprovação na Câmara dos Deputados, o principal projeto de lei complementar (PLP) de regulamentação da **reforma tributária** começará a tramitar de fato no Senado na quarta-feira (16) com a apresentação do plano de trabalho pelo relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Na segunda-feira (7), Braga alinhou o cronograma com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e com Davi Alcolumbre (União-AP), que comanda a CCJ, onde a proposta será votada.

Na terça-feira (8), o relator recebeu em seu gabinete o secretário-rio-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, e Bernard Appy, secretário extraordinário da **reforma tributária**. Além da dupla, a reunião contou com representantes da Secretaria de Relações Institucionais (SRI).

No encontro, Braga apresentou à equipe econômica o calendário, que prevê duas audiências públicas por semana para chegar com o relatório fechado na última semana de novembro. No cronograma de Braga, a votação no plenário ocorrerá, no mais tardar, na primeira semana de dezembro.

Ao Valor, Appy disse estar otimista quanto à aprovação do PLP 68 ainda este ano. Comentou que é preciso respeitar o tempo político, mas sentiu boa disposição do relator em relação ao calendário.

Segundo o secretário, o Ministério da Fazenda está fazendo uma "varredura" no PLP 68/24 para sugerir mudanças ao relator. Appy ressaltou, porém, que a decisão final é política.

Do ponto de vista técnico, a pasta seguirá apoiando o trabalho dos parlamentares, como foi feito durante a apreciação da emenda constitucional da **reforma tributária**. Foi recriado o grupo técnico com integrantes dos fiscos federal, estaduais e municipais, com especialistas em análise jurídica e em quantificação. Esses técnicos discutem, entre outros temas, a metodologia de cálculo da alíquota-padrão e das alíquotas dos regimes específicos.

Na atual etapa das discussões, foi criado um grupo específico para discutir o "split payment", que é a base tecnológica da reforma. É o sistema que vai recolher os **impostos**, calcular créditos e débitos e distribuir as receitas entre União, Estados e municípios. Esse grupo pretende iniciar esta semana as conversas com o setor privado. Bancos e empresas de tecnologia são os principais interlocutores.

Para começar a tramitar de fato no Senado, o governo precisou retirar o regime de urgência constitucional do projeto. A ideia de aprovar em até 45 dias após a votação na Câmara contava com o apoio do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), mas teve resistência da ampla maioria dos senadores.

Mesmo com o impasse, Braga alinhou com Pacheco e Alcolumbre que irá procurar Lira após a apresentação do plano de trabalho na quarta-feira (16). A ideia do senador é estabelecer uma linha direta de interlocução com a Câmara, a exemplo do que aconteceu na análise da proposta de emenda à Constituição (PEC) que instituiu o novo sistema tributário, com o objetivo de construir um texto consensual entre as duas Casas.

De acordo com interlocutores de Lira, a expectativa é que, assim que o texto avançar no Senado, haverá uma reunião envolvendo representantes das duas Casas para corrigir eventuais divergências e alinhar um texto final para ser aprovado novamente pelos deputados ainda neste ano.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188013?page=1§ion=2>

Sefaz promoverá seminário sobre Reforma Tributária

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) promoverá no próximo dia 21 de outubro, das 8h às 17h, na Universidade Tiradentes (Unit), o seminário "**Reforma Tributária** panorama para União, Estados e Municípios". O evento contará com a participação de especialistas locais e nacionais para discutir as principais mudanças trazidas pela Emenda Constitucional 132/2023, que alterou o Sistema Tributário Nacional.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no site da Sefaz. A abertura oficial será realizada às 8h pelo governador de Sergipe, Fábio Mitidieri; pela secretária de Estado da Fazenda, Sarah Tarsila; e pelo presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Aécio Prado Júnio.

O evento prossegue com uma apresentação sobre a Visão Geral da Reforma", que será feita pelo superintendente de Tributação da Sefaz, Jeová Francisco. Em seguida é a vez do coordenador geral do Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (Encat), Luiz Dias de Alencar Neto, destacar o "Modelo Operacional da **Reforma Tributária**".

A programação da manhã conta ainda com uma palestra do superintendente de Planejamento Fiscal da Sefaz, Erivaldo Santos, sobre os novos procedimentos de fiscalização e um painel sobre "Administração Fiscal e o Contencioso". Ela terá mediação do subsecretário da Receita Estadual de Sergipe, Alberto Schetine. Além dele, haverá as participações da auditora fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda da Bahia, Sandra Urânia; do auditor fiscal da Receita de Minas Gerais, Geraldo Datas; e do procurador-chefe da Coordenadoria Judicial Fiscal da Procuradoria Geral do Estado (PGE), André Vinhas.

À tarde, a partir das 14h, é a vez do secretário Extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, apresentar a visão da União sobre a Reforma. Logo após a palestra será promovido o painel "Aspecto Político da Reforma", com as participações da secretária da Fazenda de Alagoas, Renata dos Santos; e do presidente do Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Carlos Eduardo Xavier. A mediação fica a cargo do procurador-geral do Estado, Carlos Pinna Júnior.

O evento será encerrado com um painel sobre o impacto da **Reforma Tributária** sobre os municípios, tendo a participação do secretário da Fazenda de Aracaju, Jeferson Passos; do coordenador do Grupo de Trabalho sobre Reforma Tributária instituído pela Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo, Alberto Macedo; e do diretor da Receita na Secretaria da Fazenda de Salvador, Ulysses Areas. A mediação será de responsabilidade do auditor de **tributos** do Departamento de **Tributos** Mobiliários, Carlos Augusto de Oliveira.

Reforma Tributária

A **Reforma Tributária** substitui cinco **tributos** por um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) Dual de padrão internacional, formado pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de estados e municípios. Eles substituirão PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS.

A reforma cria ainda o Imposto Seletivo, de caráter regulatório (não arrecadatório), para desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, e mantém a carga tributária total sobre o consumo. Ela também adota alíquota zero ou reduzida para determinados bens e serviços (cesta básica, insumos e produção rurais medicamentos, produtos de higiene e limpeza, serviços de educação, transporte, atividades culturais e desportivas e outros).

As projeções do Ministério da Fazenda apontam que o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro crescerá de 12% a 20% a mais, em quinze anos, do que cresceria sem a reforma. Além disso, até 12 milhões de empregos deverão ser criados no mesmo período como resultado da implementação das mudanças.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/?numero=6414&edicao=135600>

Nova fase da Reforma Tributária fica para 2025

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem (14) que a segunda fase da **Reforma Tributária** pode não ser endereçada neste ano. De acordo com o ministro, o momento é de analisar todas as alternativas técnicas antes de apresentá-las ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Atualmente, ao lado do Ministério do Planejamento, a Fazenda trabalha no programa de revisão de gastos.

"Não sei se será possível fazer [a segunda fase da Reforma] neste ano, até porque nós estamos com o calendário apertado e com tarefas inconclusas que gostaríamos de entregar neste ano, que é o programa do Planejamento com a Fazenda de revisão de gastos", afirmou Haddad. A segunda etapa da reforma trata da tributação sobre a renda. A equipe econômica tenta viabilizar a promessa de campanha do presidente de isentar de Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil.

Estudos

"No caso do Imposto sobre a Renda, os estudos são muito mais preliminares, dentro do governo e dentro do parlamento. Então, tem um trabalho a ser feito. E nós queremos acertar. Nós queremos, tanto do ponto de vista do consumo quanto da renda, aproximar o Brasil com o que tem de melhor no mundo", disse o ministro.

Segundo ele, a reforma do Imposto de Renda precisa garantir que ela será neutra em termos de alíquota. "A neutralidade da reforma tem que estar garantida para não ter nenhum risco fiscal associado nem ao imposto de consumo, nem ao imposto de renda", ressaltou o ministro.

"Então, o pressuposto da reforma é que, para que a reforma saía, ela tem que ser neutra. O ajuste fiscal tem que estar em outro lugar, tem que ser buscado de outra forma. A reforma propriamente dita, tanto do consumo quanto da renda, tem que ser neutra, senão não passa", completou ele.

Crescimento

Haddad também falou que o governo pode rever, mais uma vez neste ano, a projeção para o Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2024.

"Talvez a gente tenha que rever, ainda não, mas talvez a gente tenha que rever mais uma vez o **PIB** deste ano", disse.

Para Haddad, o Brasil não deve crescer abaixo da média mundial neste ano. Ele também afirmou que é possível que o País mantenha um crescimento médio de 2,5% a longo prazo - e sem riscos.

"Do meu ponto de vista, não tem por que não mirar uma taxa de crescimento, no mínimo, equiva-

lente à média mundial. Nós ficamos muito abaixo da média mundial por muitos anos. E eu penso que o Brasil pode mirar uma taxa de crescimento média acima de 2,5%, sem nenhum risco, na minha opinião, de desequilíbrios importantes."

Congresso

Também em relação à **Reforma Tributária**, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou ontem que a expectativa é aprovar a regulamentação da **Reforma Tributária** na Câmara e no Senado em dezembro, o que cumpriria a vontade do governo de concluir o tema até o fim do ano. Ele afirmou que o foco do Congresso devem ser as propostas relacionadas à economia, e não o pacote de retaliações ao Supremo Tribunal Federal que avançou na Câmara recentemente.

Padilha falou ao lado dos líderes do governo no Congresso, Ran-dolfe Rodrigues (PT-AP), e na Câmara, José Guimarães, depois de reunião de coordenação com o presidente Lula e outros integrantes do governo. "Nós sempre defendemos, vocês sabem disso, que o Congresso Nacional esteja concentrado nas propostas legislativas que sustentam o atual ciclo de crescimento econômico do País", declarou Padilha. "Para nós, essa é a prioridade absoluta", disse ele.

Retaliação

"Achamos que qualquer outra proposta, qualquer outro tema, nesse momento, não deveria ser prioridade do Congresso Nacional. Inclusive, qualquer conjunto de medidas que na prática possam ser vistas como atitudes tomadas em uma espécie de retaliação à postura da Suprema Corte", disse o ministro das

Relações Institucionais.

Padilha afirmou que a regulamentação da tributária é importante para sustentar o atual ciclo de crescimento econômico do País. Ele afirmou que a reunião com Lula teve esse projeto como foco.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/efbl/#p=1>

Projetos de lei sobre plástico, reciclagem, benefícios fiscais e certificações tramitam no Congresso

Lucas Altino

Projetos de lei que visam à limitação do uso de plásticos ou concedem benefícios fiscais à indústria de reciclagem tramitam no Congresso. Em junho, o governo federal lançou a Estratégia Nacional da Economia Circular, cujo próximo passo será apresentar metas, padrões e indicadores para que seja implantada.

Apesar da iniciativa bem-vinda, há um longo caminho a se percorrer até que a indústria alcance esse patamar de sustentabilidade, avalia Lara Iwanicki, da Oceana, organização internacional focada nos oceanos, ecossistema que sofre com a poluição plástica.

- É um passo importante, mas a gente precisa de mais especificidade, planos, metas e decretos para que a transição para a economia circular de fato ocorra.

Outra política importante recente, mas também carente de efetividade, segundo especialistas, é o decreto 11.413. Publicado ano passado, instituiu os certificados de crédito de reciclagem de logística reversa. Mas, enquanto se discute uma ferramenta para verificar a emissão desses créditos, o governo ainda não publicou o prometido decreto que estruturaria a logística reversa de embalagens de plástico, que entrou em consulta pública em 2022.

No Legislativo, a discussão sobre **Reforma Tributária** abre espaço para defesa da agenda da reciclagem. Um ponto é incluir o plástico de uso único no rol de imposto seletivo. Além disso, a indústria de reciclagem pleiteia isenções fiscais.

Projetos da agenda sustentável tramitam lentamente. Um deles é o PL 612, de 2007, que obriga o uso de sacolas plásticas biodegradáveis no comércio. Cerca de 70 outros projetos foram apensados a ele. Já o PL 5154 proíbe produção, importação, exportação, comercialização e distribuição de sacolas plásticas descartáveis não compostáveis.

Parado na Comissão de Assuntos Econômicos, o PL 2524 prevê a substituição de canudos, talheres e

sacolas de plástico por materiais que possam virar compostos orgânicos e o pagamento a grupos de catadores por serviço ambiental.

Site: <https://oglobo.globo.com/um-so-planeta/noticia/2024/10/15/projetos-de-lei-sobre-plastico-reciclagem-beneficios-fiscais-e-certificacoes-tramitam-no-congresso.ghtml>

Especialista ressalta que políticas públicas e da educação estimulam consumo sustentável

À frente do Instituto Akatu, de apoio ao consumo consciente e com trabalhos nas Nações Unidas, o engenheiro de produção Hélio Mattar fala da evolução do tema e da urgência em mudarmos nossos hábitos.

No cotidiano, como o consumidor pode agir?

De uma maneira muito simples. Quanto à água, por exemplo, não usá-la mais do que o necessário. Isso vale para energia elétrica também. O terceiro item é o alimento. Esses três pontos fazem parte do dia a dia. A ação do consumo consciente tem impacto a cada compra, uso e descarte.

Se formos falar de empresas e políticas públicas, em que parte há mais avanços?

A política pública pode ter grande impacto. Vemos a **Reforma Tributária** de agora. É lógico que, se uma peça mais sustentável for privilegiada com taxaço menor, haverá naturalmente uma preferência por ela na hora da compra. Se o governo induzir através de diretrizes específicas a educação da criança e do jovem, essa talvez seja a maneira mais eficaz e permanente de se conseguir a conscientização. Se a escola trabalhar a dimensão do consumo de água, alimentos, eletroeletrônicos, roupas, a criança apropriará isso como um valor. Já a pessoa mais velha tem mais dificuldade, ela já estabeleceu a forma de consumir como parte da sua cultura individual e cotidiana.

As gerações mais novas são mais atuantes e sensíveis ao assunto?

Do ponto de vista das gerações, há um fenômeno curioso. Pesquisas do Akatu mostram que a geração Z é mais sensível a questões ambientais e sociais. Mas, quando vamos ver a ação cotidiana, isso não se confirma. Sabemos que os mais velhos têm preocupação com as questões financeiras. Em decorrência disso, ele vai ser mais atento a adquirir itens com maior durabilidade, enquanto o jovem não vai olhar tão detidamente a isso.

Como identificar se uma empresa está praticando greenwashing?

A identificação do greenwashing se dá menos pelo consumidor diretamente e mais por ONGs ativistas

que vão verificar se as informações fornecidas pelas empresas são de fato verdadeiras. Sem essas ONGs, fica difícil para o indivíduo identificar o greenwashing. Numa pesquisa nossa, perguntamos o que a pessoa achava que tornava um produto mais sustentável, e tivemos respostas como "a verdura e o legume que vem embalado", e não é assim necessariamente. A percepção do consumidor pode estar errada. Uma caixa de papel reciclado indica que o produto é mais sustentável do ponto de vista da embalagem, mas não dá para dizer que ele como um todo é também. A classificação de A a E sobre gasto de energia em eletroeletrônico é um selo que pegou, as pessoas o levam em consideração na hora da compra, salvo se for mais caro.

Os produtos éticos ainda são mais caros? É preciso escala para torná-los mais viáveis? Como resolver o dilema?

Há uma percepção de que o produto mais sustentável é mais caro? Sim. Mas isso é sempre verdade? Não. Vamos supor que uma cadeia produtiva de alimentos trabalhe fortemente na redução do desperdício. Essa atitude traria a possibilidade de um preço menor na ponta final. É verdade que o custo é a primeira consideração levada em conta pelo consumidor, mas muitos deles ao longo do tempo vão aprendendo e buscando um consumo com o menor impacto sobre o ambiente, que ele está investindo na sociedade em que vive. Se houver credibilidade na informação que a empresa passa, a sustentabilidade será um fator diferenciador, e o cliente poderá pagar mais pelo produto.

O consumo consciente é uma atitude transversal que passa por produção, uso, transporte e descarte, entre outros. Como pesar tudo isso?

Procuramos sempre deixar claro que não existe produto sustentável. Por esses fatores citados. Existe, sim, produto mais sustentável. No Brasil, por exemplo, o transporte é feito por veículos quase todos movidos a combustível fóssil.

Há países mais avançados na adoção do consumo consciente?

Os países do norte da Europa como Holanda, Suécia, Dinamarca e Alemanha têm preocupação maior tanto

na sociedade quanto nas políticas públicas. Na Alemanha, a coleta de resíduos eu diria que é resolvida. O governo fez leis que obrigam a separar os resíduos e levá-los ao posto de coleta. Aqui podemos até fazer a separação em casa, mas o material é coletado todo junto. O percentual de consumidores brasileiros que dizem reciclar está em torno de 40 a 45%, no entanto sabemos que isso não é verdade.

Com o bombardeamento da publicidade sobre o consumo, como convencer a pessoa de se ater ao necessário?

Um dos trabalhos que fazemos nas Nações Unidas é o de sensibilizar no sentido de privilegiar itens duráveis. A grande dificuldade que temos é que, se formos dizer qual o primeiro fator do consumo consciente, é comprar somente o necessário. Não antecipar o fim da vida útil do produto. A publicidade vai na direção oposta do consumo consciente, incentivando a compra desnecessária. A troca de celular em perfeitas condições criou um mercado de revenda de aparelhos. Há brechós que vendem roupas em excelentes condições, quase novas. Isso é exemplo de uma mudança que está ocorrendo na sociedade.

Site: <https://oglobo.globo.com/um-so-planeta/noticia/2024/10/15/especialista-ressalta-que-politicas-publicas-e-da-educacao-estimulam-consumo-sustentavel.ghtml>

Taxação de big techs pelo uso da rede gera debate entre associações

RODRIGO LOUREIRO ESPECIAL PARA O ESTADÃO

A criação de taxas adicionais para as grandes companhias de tecnologia usarem a rede das operadoras de internet no País foi tema de um debate quente durante a Futurecom, um dos maiores eventos de tecnologia da América Latina, que ocorreu na semana passada, em São Paulo.

Ainda que o tema do painel fosse o compartilhamento de investimentos em infraestrutura entre big techs e operadoras de internet, as discussões foram concentradas em torno da necessidade de taxaço das companhias de tecnologia para que elas usem a infraestrutura das operadoras.

"Hoje, 70% do mercado de aplicações é originado por cinco ou seis empresas", afirma Marcos Ferrari, presidente executivo da Conexis Brasil Digital, associação que defende o interesse de grandes operadoras de telefonia. Para ele, o uso da rede de internet está cada vez mais especializado.

Essa mudança, segundo Ferrari, contraria os princípios de neutralidade de rede. "Temos um problema hoje e precisamos garantir que a rede terá um uso sustentável no curto, no médio e no longo prazo", disse.

"É preciso discutir isso de maneira madura e com diálogo." Representante da Aliança pela Internet Aberta, o ex-deputado federal Alessandro Molon (PSB) rechaço a ideia.

"Só um país fez isso, a Coreia do Sul. Os resultados foram péssimos, com queda na qualidade e aumento de preços." Ele afirmou ainda que o aumento da competição, considerado por ele como um acerto da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), trouxe a oportunidade para pequenos provedores e aumentou a competição e reduziu a participação das empresas de telecom.

FATIA. Operadoras regionais já representam mais de 50% dos acessos à internet via banda larga fixa no Brasil. Em cidades pequenas, com menos de 30 mil habitantes, as operadoras regionais possuem market share próximo a 90%.

Essa diversificação dos acessos, porém, foi alvo de

críticas.

Luiz Henrique Barbosa, presidente executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas, disse que "a Anatel liberou muito a questão dos provedores". Para Barbosa, as pequenas empresas podem vender internet banda larga fixa com preços mais baixos pela isenção de **impostos**.

"Como alguém vende internet por R\$ 49,90? É porque não paga imposto", afirma. "Tem muita informalidade." Ainda que a competição tenha aumentado, as pequenas operadoras parecem não estar satisfeitas. Rodrigo Schuch, presidente da Associação NEO, que defende os interesses das prestadoras de pequeno porte, afirmou ser "inegável" que o "retorno do capital investido em telecom é menor do que o obtido pelas indústrias de tecnologia".

Artur Coimbra, conselheiro da Anatel, disse que "política regulatória não é feita com palpites, mas com dados e evidências".

"A gente mapeou os problemas e fizemos pesquisas quantitativas e qualitativas", afirmou.

"É preciso discutir isso de maneira madura e com diálogo" Marcos Ferrari Presidente executivo da Conexis Brasil Digital

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Galípolo defende BC fora de decisão sobre meta

» **RAFAELA GONÇALVES**

Em sua primeira fala após a aprovação do Senado, o futuro presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, voltou a dizer que a autoridade monetária não deveria votar para definir a meta de **inflação** no Conselho Monetário Nacional (CMN). O colegiado é composto pelo presidente da autarquia e os Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

"Eu tenho dito sistematicamente que eu acho que o Banco Central não deveria nem votar no CMN na determinação da meta que ele mesmo tem que perseguir.

Acredito que esse é um não tema para o diretor do Banco Central. A meta de **inflação** foi estabelecida pelo CMN, cabe ao Banco Central colocar a taxa de juros no patamar restritivo o suficiente e pelo tempo que for necessário para atingir a meta", disse durante o evento Itaú BBA Macrovision.

A meta de **inflação** estabelecida pelo CMN é de 3%, em 2024 e em 2025. A margem de tolerância para que ela seja considerada cumprida é de 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima.

Galípolo segue como diretor de Política Monetária até assumir a presidência do BC em 1º de janeiro de 2025. O indicado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve o discurso de seu antecessor, Roberto Campos Neto, nas sinalizações sobre a condução da política monetária.

Ele destacou a institucionalidade da autarquia e afirmou que a transição de comando está sendo feita de forma harmônica.

"Nós estamos, lá no BC, convivendo de maneira absolutamente harmônica. Gosto de acreditar que os diretores são todos meus amigos, mas institucionalmente a gente vive de maneira absolutamente harmônica, técnica e com alto grau de coesão", comentou.

O diretor reforçou as preocupações da autarquia em relação à desancoragem das expectativas de **inflação** - com o distanciamento das projeções de **inflação** em prazo mais longo da meta estipulada pelo CMN - num momento em que a economia brasileira está aquecida,

e enfatizou que a autoridade monetária perseguirá essa meta.

"A perseguição da meta pode ser feita com mais custo ou menos custo, a depender de uma série de variáveis que muitas vezes o Banco Central não tem controle.

Mas o Banco Central vai perseguir a sua meta", afirmou.

Ele ponderou ainda que a posição do BC é sempre mais cautelosa no estabelecimento da política monetária. "A posição do Banco Central é de ser mais conservador.

O que sinaliza ao Banco Central um mercado de trabalho mais apertado é que a gente deve ser mais cauteloso na gestão da política monetária porque isso sugere um processo de desinflação mais lento e mais custoso", explicou.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6528/15-10-2024.html?all=1>

Reforma do imposto sobre a renda deve ficar para 2025, diz Haddad

**FERNANDA TRISOTTO BRASÍLIA EDUARDO LAGUNA
FRANCISCO CARLOS DE ASSIS SÃO PAULO**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que sua equipe levanta todas as alternativas técnicas possíveis para a reforma do Imposto de Renda (IR) para apresentar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas que não há prazo para o envio das medidas ao Congresso - e que isso pode não ocorrer ainda neste ano. Segundo ele, a equipe econômica mira antes um plano de corte de despesas, em gestação entre Fazenda e o Ministério do Planejamento.

O ministro avaliou que, ao contrário da reforma sobre o consumo (já em fase de regulamentação no Congresso), a da renda ainda passa por uma fase de estudos mais preliminares tanto no âmbito do governo quanto do Parlamento. "Tem um trabalho a ser feito, e nós queremos acertar, tanto do ponto de vista do consumo quanto da renda, aproximar o Brasil com o que tem de melhor no mundo", disse ele, durante evento organizado pelo Itaú.

Haddad não fixou um prazo para o envio das propostas para a reforma da renda. "Não sei se será possível fazê-lo neste ano, até porque nós estamos com o calendário apertado e com tarefas inconclusas que nós gostaríamos de entregar neste ano, que é o programa do Planejamento com a Fazenda de revisão do gasto." Ele disse que avalia as deduções do IR de pessoas físicas (IRPF) por rubrica para determinar quem pode ser favorecido pelas medidas. Em relação ao IR de empresas, Haddad disse que há estudos sobre dividendos, seguindo os parâmetros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para que não haja comprometimento de investimentos ou promoção de injustiça tributária.

"Estamos em uma fase que, se às vezes vaza um documento, a pessoa acha que aquele documento que vazou é a proposta da Fazenda, e isso será um equívoco, porque essa proposta não está configurada", disse.

PIB. Haddad foi questionado pelo economista-chefe do Itaú, Mario Mesquita, sobre a surpresa no crescimento em 2024, com várias instituições reajustando suas projeções para patamar acima de

3%.

O ministro disse que o País teve o crescimento contido por muitos anos, após uma década perdida, entre 2013 e 2022. "Tem um conjunto de projetos de investimento que está represado há muito tempo, com altas taxas de retorno, com oportunidades à vista de todos, com interesse internacional sobre o Brasil."

Perspectiva Ministro diz que proposta passa por estudos que levam em conta modelos de países da OCDE

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Caixa relança "raspadinha" após nove anos

JOÃO SORIMANETO joao.sorimal@sp.oglobo.com.br
SAO PAULO

Depois de nove anos de interrupção e com meta de arrecadar R\$ 2,9 bilhões até 2026, a Caixa anunciou o relançamento da sua loteria instantânea, a "raspadinha". A faixa de premiação vai de R\$ 2,50 a R\$ 2 milhões, e as apostas custam entre R\$ 2,50 a R\$ 20. As vendas dos bilhetes nas mais de 13 mil casas lotéricas do país começam em 2 de novembro.

-O lançamento marca o retorno da Caixa à loteria instantânea, jogo conhecido em todo o mundo, com autorização do Ministério da Fazenda por dois anos - disse o presidente da Caixa, Carlos Vieira.

Por enquanto, os bilhetes são físicos, mas em breve haverá versão digital, com aposta pelo celular, disse a diretora-presidente da Caixa Loterias, Lucíola Aor Vasconcelos.

- Estamos trabalhando há tempos no projeto sem deixar de lado a responsabilidade social e a preocupação com o jogo responsável - disse a executiva, destacando que o pay out da raspadinha é de 65%, o maior da Caixa (de cada três bilhetes, um é premiado).

Para jogar, o interessado deve comprar o bilhete numa lotérica e raspar a área de jogo para verificar se foi premiado. Os bilhetes terão estampas temáticas variadas como "trevo da sorte", "só o ouro", "roda da sorte" e "caça ao tesouro". O bilhete com maior prêmio terá temática "Vip".

CUSTO PARA ENTRAR EM BET

O prêmio pode ser retirado nas próprias lotéricas até o limite de R\$ 2.259, valor que não sofre incidência de Imposto de Renda. Acima desse valor, a retirada do prêmio é feita em agências da Caixa.

A Caixa Loterias também vai entrar no mercado de bets, que está sendo regulamentado no país. A Caixa tem até o dia 18 de dezembro para comprovar capital social de R\$ 30 milhões e pagar a outorga, também de R\$ 30 milhões. A instituição espera começar a oferecer apostas no primeiro semestre do ano que vem.

Segundo pesquisa da Caixa, o Brasil arrecada R\$ 18 bilhões por ano com jogos, uma participação de apenas 0,21% no Produto Interno Bruto (**PIB**)

brasileiro. Com cerca de 10 milhões de habitantes, Portugal arrecada o mesmo que o Brasil com apostas, que são 1,17% do **PIB**, destaca Lucíola. O percentual é de 0,39% no Uruguai, 0,46% na Argentina e 0,96% na Espanha.

Os governos **Temer** e Bolsonaro tentaram privatizar a loteria instantânea Lotex, (nome formal da raspadinha), mas o processo travou.

O modelo de apostas foi suspenso em 2015 por determinação da Controladoria-Geral da União (CGU), que contestou a legalidade da forma como vinha sendo feita no país.

Em 2018, mudanças legais permitiram que o serviço fosse repassado à iniciativa privada. Após realizar dois leilões que não atraíram interessados e de flexibilizar suas exigências iniciais, o governo federal conseguiu repassar a um consórcio o direito de explorar o serviço por 15 anos.

Mas, a empresa desistiu do negócio após considerar que o serviço só seria viável se fosse assinado um contrato de distribuição com a Caixa, o que não aconteceu.

A logística é importante na "raspadinha" porque o bilhete só pode ser validado no ponto de venda, para evitar o uso das "raspadinhas" eventualmente obtidas num furto a um caminhão de distribuição, por exemplo.

Em 2023, decreto presidencial voltou a alterar a legislação permitindo ao Ministério da Fazenda autorizar a Caixa a retomar o serviço. Naquele ano, a Caixa arrecadou R\$ 23,4 bilhões com suas loterias.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Indicadores sinalizam crescimento mais brando no 3º trimestre

Marcelo Osakabe De São Paulo (Colaborou Gabriel Shinohara, de Brasília)

Após surpreender com crescimento de 1,4% no segundo trimestre, a economia brasileira dá sinais de perda de ritmo no terceiro trimestre. Enquanto indicadores setoriais do IBGE para varejo, serviços e indústria trouxeram leituras majoritariamente negativas em julho e agosto, indicadores antecedentes apontam cenário misto em setembro, com queda principalmente nos serviços prestados às famílias.

As pesquisas setoriais do IBGE mostram indicam perda de tração até agosto. O varejo restrito emendou quedas de 0,6% em julho e 0,3% em agosto. Já o volume de serviços prestados no país caiu 0,4% em agosto, ao passo que a alta de julho foi revisada de 1,2% para 0,2%. A indústria, por sua vez, subiu 0,1%, após cair 1,4% em julho.

Conhecido como prévia do **PIB**, o índice de Atividade do Banco Central (IBC-Br) apontou alta de 0,23% em agosto, após contração de 0,59% em julho. O resultado de agosto veio acima da mediana das estimativas colhidas pelo Valor Data, de elevação de 0,10%. Mesmo assim, economistas entrevistados pelo Valor consideram que o resultado sinaliza um crescimento mais suave a partir de agora.

No trimestre encerrado em agosto, a alta foi de 1,5% em relação ao trimestre anterior. No acumulado do ano, a alta foi de 2,9%. Em 12 meses, o indicador apresentou avanço de 2,5%. Em relação ao mesmo mês do ano passado, por sua vez, houve alta de 3,1%. Devido às constantes revisões, o indicador acumulado em 12 meses é mais estável do que a medição mensal.

Para setembro, os indicadores antecedentes não dão direção clara. O indicador proprietário do Itaú Unibanco para atividade (Idat) mostra alta de 0,7% no segmento de bens, mas com desempenho melhor entre os sensíveis a crédito (1,6%) na comparação com os sensíveis à renda (0,4%).

A abertura de serviços prestados às famílias, por sua vez, avançou 1,1% na margem. Traduzindo esses números para as pesquisas setoriais do IBGE, no entanto, o banco projeta alta de 1,2% do varejo restrito na Pesquisa Mensal do Comércio e contração de 0,4%

dos serviços prestados às famílias na Pesquisa Mensal dos Serviços.

Para a economista Julia Gottlieb, do Itaú, os indicadores apontam crescimento em setembro na comparação ano contra ano, ainda que em ritmo menor. "É algo que aparece em outros indicadores antecedentes, especialmente a confiança da indústria, que segue em patamares altos e é importante para prever o desempenho do setor e também do varejo", diz.

Em sua avaliação, a desaceleração está relacionada à perda de força do impulso fiscal, o grande e responsável pelo desempenho melhor que o esperado do primeiro semestre, diz. "São coisas que não se repetem, como o pagamento de precatórios, aumento real do salário mínimo e antecipação de alguns desembolsos, com o 13-do **INSS**", diz. "Ainda assim, vale salientar, não estamos falando de contração, mas perda de ritmo. Não está no radar termos leituras negativas do **PIB**", diz. O Itaú vê alta do **PIB** de 0,4% no terceiro trimestre e 0,3% no quarto, levando o ano a fechar com expansão de 3,2%.

Outro indicador em alta frequência da atividade, o Iget, do Santander, aponta contração em setembro de 0,8% do IGet ampliado, equivalente ao varejo ampliado, e alta de 0,6% no conceito restrito. Já o indicador relativo aos serviços prestados apontou queda de 2,1% no mês.

Em relatórios recentes, o banco comenta sobre outros indícios de perda de ímpeto da economia. Um deles é a o indicador de confiança empresarial da FGV, que recuou 0,8% em setembro, a primeira queda desde fevereiro. Paralelamente, o saldo de US\$ 5,4 bilhões da balança comercial no mês foi impulsionado não apenas por uma receita maior das exportações, como importações menores. "Pode ser uma indicação de que a atividade econômica está (finalmente) perdendo tração", escreve Jankiel Santos, economista da instituição.

Para Rafaela Vitória, economista-chefe o Banco Inter, os dados do trimestre até agosto mostram alguma acomodação, em especial da demanda das famílias. "De certa forma, é algo positivo no debate atual. Os analistas ficaram muito preocupados sobre o sobreaquecimento da economia e os potenciais

impactos sobre a **inflação** após os dados do segundo trimestre. Esse tema ganhou força depois que o Banco Central revisou para positivo a projeção atual sobre o hiato do produto", observa. "Uma atividade rodando em níveis mais moderados pode ajudar a conter as expectativas de **inflação** e juros."

Ajudam nesse cenário dois fatores, diz Rafaela. O primeiro é alguma desaceleração na ponta do crédito para às famílias, em meio sinais de crescimento da inadimplência. O segundo é a desaceleração do impulso fiscal: em agosto, mesmo levando em consideração gastos extraordinários como os R\$ 4,9 bilhões, a despesa cresceu 2% acima da **inflação**, contra uma média de 7% no ano. "Quando projetamos os últimos meses do ano, considerando o cumprimento do arcabouço, o gasto pode ser até 8% menor que no mesmo período do ano passado", ressalta.

Após a forte expansão do segundo trimestre, esperava-se alguma desaceleração maior dos indicadores na margem. O que se viu, no entanto, foi uma economia que, aparentemente, conseguiu manter a atividade rodando perto dos altos níveis vistos em junho, diz o economista do BTG Pactual Bruno Martins. "Mas acho que já existem aí os primeiros sinais, leituras consecutivas mostrando que não houve aceleração preparando o caminho para um quarto trimestre negativo", afirma.

O banco vê alta de 0,7% no terceiro trimestre e contração de 0,4% no quarto trimestre, número que volta ao positivo já no primeiro trimestre de 2025. "Não vejo discussão sobre recessão técnica", enfatiza.

Parte da explicação para o bom momento da economia perdurar, diz, vem do mercado de trabalho. Via de regra, os economistas consideram que o emprego é uma variável que reage com maior defasagem ao ciclo econômico—é a última a melhorar e também a piorar. Com a manutenção do desemprego baixo e do crescimento dos salários, a massa de renda deve sustentar o consumo ainda que outros fatores comecem a retrair.

No trimestre encerrado em agosto, a taxa de desemprego caiu a 6,6%, a menor para o período na série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua, do IBGE. Já o rendimento médio real cresceu 5,1% na comparação com o mesmo período do ano passado.

Para setembro, o indicador de emprego do Itaú (Idat-Emprego) aponta alta de 3,1% da variação interanual do estoque de emprego formal no setor privado. Já o crescimento interanual do salário nominal médio dos novos contratados desacelerou de 6,4% para 5%.

"O Idat-Emprego segue mostrando resiliência do emprego formal com leve aceleração do crescimento na ponta, corroborando nossa expectativa de que a taxa de desemprego deve se manter em patamares historicamente baixos nos próximos meses. Os salários em patamar mais baixo do que os observados no início do ano, mesmo com o avanço em setembro, mas ainda com reajustes acima da **inflação**", diz o banco em relatório.

Martins avalia, no entanto, que a trajetória de desaceleração da economia não significa que o Banco Central terá alívio maior no combate à **inflação**. "O que podemos notar é que boa parte do desaquecimento da economia vem mais de uma restrição de oferta do que propriamente da falta de demanda. Com um hiato positivo, é natural que se cresça menos na margem", salienta.

A abertura dos serviços em agosto foi bem esclarecedora nesse sentido, diz. Embora o setor como um todo tenha registrado contração, os serviços prestados às famílias - setor que reflete melhor a demanda-aceleraram 0,8%.

Nesse contexto, o economista alerta para o risco de que uma piora da economia na reta final do ano ligue um alerta e leve o governo federal a pisar novamente no acelerador dos gastos. Essa seria um desenvolvimento negativo, dado que, em um contexto de restrição de oferta, uma aceleração no impulso fiscal se traduz cada vez menos em crescimento e cada vez mais **inflação**, ressalta.

"A grande dúvida do mercado é qual a reação do governo diante dessa provável desaceleração. Vale notar que não estamos em trajetória de pouso forçado, mas de pouso suave. Prevemos 2% de alta do **PIB** ano que vem, o que é um resultado notável, dado o nível de piora das condições financeiras até aqui", diz. "O que precisamos agora é de ações do outro lado, que reduzam o risco fiscal e o juro longo. Isso gera expectativa de **PIB** potencial e de crescimento lá na frente."

Propostas que circulam no noticiário, como a isenção para Imposto de Renda de pessoas com renda até R\$ 5 mil, não ajudam nesse sentido. Nas contas de Rafaela Vitória, a medida pode liberar R\$ 90 bilhões no orçamento das famílias. "Não é somente perda de receita para o governo, mas aumento imediato de renda que pode impulsionar atividade", diz.

Para ela, preocupações como essa são, no momento, especulativas. "O que temos hoje é um impulso fiscal muito mais contido em 2024 e também no projeto para o Orçamento de 2025. Um crescimento real de 2,5% a

3% das despesas será muito menor que o observado em 2023 e 2024", pontua.

"Não estamos falando de contração, mas perda de ritmo" Julia Gottlieb

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188013?page=1
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188013?page=1§ion=2)**

Alta de juros deve interromper recuperação de investimentos (Editorial)

A compra de máquinas e equipamentos no exterior cresce em um ritmo 2,5 vezes superior ao das importações em geral neste ano, mostram os dados da balança comercial de janeiro a setembro em comparação com o mesmo período de 2023. O aumento dos investimentos está por trás dessas aquisições, impulsionadas pela expansão da indústria e pelo consumo das famílias e do governo. O aumento da oferta de crédito, especialmente do BNDES, e o início do programa Nova Indústria Brasil (NIB), parte dele subsidiado, também contribuem. A reviravolta dos juros básicos, no entanto, que estão em um ciclo de alta, pode frear a tendência ao encarecer o custo do dinheiro.

Os dados do Produto Interno Bruto (**PIB**) já vinham mostrando o aumento dos investimentos no ano. Ao fim do segundo trimestre, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) atingiu o maior valor desde o primeiro trimestre de 2015.

Com isso, a taxa de investimento foi de 16,8% do **PIB**, acima dos 16,4% registrados no mesmo período de 2023.

As importações de bens de capital saltaram 20% neste ano até setembro na comparação com o mesmo período de 2023 e somaram US\$ 26,4 bilhões, enquanto o total comprado no exterior cresceu 8%, segundo a Secex. Levantamento realizado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) a pedido do Valor detalhou que todas as dez categorias de bens de capital tiveram as importações ampliadas nesse período de nove meses.

Máquinas e equipamentos tiveram o maior valor importado, US\$ 10,6 bilhões, com crescimento de 16,9%.

Outro destaque em valor são os produtos de informática, eletrônicos e ópticos, que somaram US\$ 5,4 bilhões e aumentaram 9,1%. A maior alta, de 79%, foi do item outros equipamentos de transporte, para US\$ 2,4 bilhões.

A produção interna de bens de capital também está crescendo, segundo pesquisa mensal do IBGE. Nos 12 meses terminados em agosto, avançou 4,9%, após ter caído 11% no ano passado. A produção industrial como um todo acumula expansão de 3% no ano e de

2,4% em 12 meses.

As importações de bens de capital são mais expressivas do que a produção interna não só por uma oferta mais diversificada e tecnologicamente mais avançada no mercado internacional, mas também pela competitividade da indústria chinesa. Favorecidos pela política interna de estímulos, custos de insumo e de capital mais baixos, os fornecedores chineses passaram a dar atenção especial a mercados como o brasileiro, depois que os EUA e a União Europeia adotaram atitude mais protecionista.

Um novo fator que animou as empresas a importarem bens de capital foi a entrada em vigor, em setembro, do instrumento de depreciação superacelerada da indústria, parte do programa NIB. A medida permite que as empresas deduzam mais rapidamente o valor de bens e equipamentos adquiridos, reduzindo a base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Há estímulos também pelo lado do crédito. De acordo com o MDIC, o BNDES e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) já aprovaram R\$ 159,9 bilhões em desembolsos do Plano Mais Produção, ligado à NIB. O governo federal vai canalizar mais R\$ 58,7 bilhões em recursos públicos para uma das seis áreas da NIB, a de "transformação digital", até 2026.

Há igualmente oferta de crédito privado. Nos 12 meses terminados em agosto, as concessões de crédito privado para as empresas aumentaram 12%. A carteira total de crédito cresceu 0,9% em agosto, para R\$ 6,1 trilhões, com R\$ 2,3 trilhões para as empresas.

O governo também vem engrossando a demanda de bens de capital com o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para estimular a economia. Os investimentos da União alcançaram nos sete primeiros meses de 2024 o maior nível em nove anos, atingindo R\$ 32 bilhões (Valor, 18/9).

Apesar do otimismo com o crescimento da taxa de investimento, ela continua bem distante dos picos atingidos na primeira metade da década passada e fica entre as menores do mundo, de acordo com levantamento do Fundo Monetário Internacional (FMI). Há dez anos, em 2014, a taxa de investimento era de 20,5%, e chegou a 21,8% em 2010 e 2011. Em 2021 e

2022, na esteira de recuperação da pandemia, as taxas foram de 19,5% e 18,1%. A taxa de investimentos deverá fechar este ano em 15,9% pelo levantamento do FMI, ficando em 20o lugar entre os piores de 170 países analisados.

Havia perspectiva de melhoras, pois o aumento da demanda das famílias e as carências da infraestrutura estimulam os investimentos. Por outro lado, os estímulos indevidos para acelerar a economia expuseram a fragilidade fiscal e impediram o recuo da **inflação** para a meta. A trajetória de elevação dos juros projetada pelo mercado, que subiram recentemente, vai encarecer o crédito e arrefecer o consumo, dois venenos para os investimentos. Sem estabilidade fiscal, o crescimento econômico não é sustentável. Um novo voo de galinha está se desenhando.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188013?page=1
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188013?page=1§ion=2)**

Políticas fiscal e monetária em choque (Artigo)

Rafaela Vitória

Rafaela Vitória é PhD, CFA e economista-chefe do Inter.

"Não existe responsabilidade social sem responsabilidade fiscal". Essa frase vem sendo repetida diversas vezes desde a última campanha eleitoral para alertar que gastos sociais são importantes no Brasil, mas, sem um ajuste fiscal crível, o custo da expansão das despesas públicas poderá ser bem maior que o seu benefício.

Mesmo com a manutenção do crescimento do **PIB** desde o início do novo governo em 2023 estamos observando um efeito colateral negativo de uma expansão fiscal muito além da nossa capacidade: o elevado patamar de juros e a consequente aceleração da dívida pública. O caminho traçado até agora trouxe de volta a memória da última crise fiscal de 2015 e suas consequências para a economia. Como resultado, os preços dos ativos no mercado, principalmente as taxas de juros, mostram a maior aversão a risco por parte do investidor. E justamente os juros altos por período prolongado podem, além de acelerar a dívida pública, inviabilizar o necessário investimento em infraestrutura, o que permitiria crescimento econômico maior por mais tempo.

A deterioração na percepção do risco fiscal tem base em dois fatores: o forte aumento dos gastos e a menor previsibilidade sobre o cumprimento do arcabouço fiscal. Os gastos públicos tiveram alta acumulada de 15% acima da **inflação** em quase dois anos, subindo de 17,9% do **PIB** em 2022 para 19,1% em 2024. A PEC da Transição, aprovada em dezembro de 2022 e que havia sido criticada por abrir um espaço acima do limite anterior do teto de gastos de R\$ 170 bilhões, foi apenas o início de uma expansão que já acumula R\$ 400 bilhões/ano.

Desde então, saímos de um gasto anual de R\$ 1,8 trilhão para R\$ 2,24 trilhões. No agregado de dois anos, vamos ter um impulso fiscal via despesas próximo do que foi entregue em 2020, ano crítico da pandemia. E com uma enorme diferença na conjuntura atual: um cenário de crescimento econômico robusto e mercado de trabalho aquecido, com a taxa de desemprego na mínima histórica, momento do ciclo que sugere maior austeridade.

Além do déficit primário estrutural, que estimamos estar próximo de 1% do **PIB**, a menor credibilidade do novo arcabouço fiscal resultou em uma desancoragem das expectativas de **inflação**, o que por sua vez demanda uma política monetária mais restritiva por mais tempo. O nível de juros no Brasil é um dos maiores no mundo e reflete praticamente um cenário de estresse. Com taxa de juros real acima de 6% por mais de 3 anos, a **inflação** ainda não convergiu para o centro da meta, enquanto o déficit nominal voltou para o patamar de 10% do **PIB**, semelhante ao que vimos na crise em 2015.

Enquanto no restante do mundo o afrouxamento monetário ganha tração, aqui no Brasil o Banco Central voltou a subir a Selic devido à maior preocupação com a atividade.

A política monetária, mesmo bastante restritiva, não tem sido suficiente para a credibilidade, e sua potência perde efeito com a atual desancoragem.

encarece o custo de capital, mantém o investimento baixo e limita o crescimento potencial da economia no médio e longo prazo. Desse modo, a expansão fiscal trouxe impulso para a economia no curto prazo, via elevação do consumo das famílias, mas o custo veio mais rápido que em outros ciclos.

A menor transparência e credibilidade no novo arcabouço também acrescenta incerteza no atual cenário. Enquanto o arcabouço anterior era mais claro no limite do gasto total, a regra atual é bastante permissível.

Despesas são criadas sem fontes, créditos extraordinários são abertos sem aprovações de outras matérias e a necessidade de cumprimento da meta não parece alterar a atual urgência de controle das despesas obrigatórias e melhor planejamento. Por exemplo: o último relatório de avaliação bimestral ainda traz subestimação de despesa, que impactou na elaboração da LOA de 2025 e ainda liberou o contingenciamento nos últimos Entramos em um equilíbrio ruim: fiscal expansionista, que estimula em demasiado o consumo, e monetário contracionista, que meses do ano. O governo prevê, na prática, um déficit primário de R\$ 69 bilhões, cumprindo a regra devido a gastos que foram excluídos da meta fiscal.

Essa projeção, se realizada, alcança apenas o limite inferior da meta.

Em meio a todos esses questionamentos tivemos uma revisão positiva de rating pela Moody's.

O que essa avaliação nos diz? A boa notícia vem principalmente da maior resiliência da economia brasileira nos últimos anos, fruto das diversas reformas realizadas.

Além disso, a perspectiva de um ajuste fiscal prometido pelo governo pode de fato resultar na redução do déficit primário, via revisão de gastos obrigatórios, correção de irregularidades e, principalmente, a potencial reavaliação das desvinculações. Essas medidas podem também desaquecer a economia e contribuir para conter a **inflação**, abrindo espaço para uma queda mais significativa dos juros, o que por sua vez contribuiria para o ajuste fiscal de longo prazo.

O governo não pode acomodar no atual equilíbrio, com juros reais acima de 6% e o estresse no arcabouço fiscal, gastos fora das regras. A perspectiva positiva de novos upgrades pelas agências de classificação de risco pode ser um incentivo para que o rumo do ajuste fiscal seja de fato cumprido, reconquistando também a credibilidade do mercado.

Mas, antes disso, precisamos ver sinais mais contundentes de compromisso fiscal.

Expansão fiscal trouxe impulso para a economia no curto prazo, mas o custo veio mais rápido que em outros ciclos

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188013?page=1§ion=2>

Imposto de Renda (Cartas de Leitores)

A atualização da tabela do IR no Brasil é frequentemente discutida em termos de correção pela inflação, mas outros aspectos igualmente importantes recebem menos atenção. Um deles é a necessidade de justiça tributária para as faixas de menor renda. A defasagem impacta desproporcionalmente os trabalhadores com rendimentos mais baixos, que acabam sendo tributados de forma injusta. Outro ponto é a simplificação do sistema tributário, já que a falta de ajustes adequados sobrecarrega o contribuinte com maior burocracia e inconsistências. Além disso, a desatualização afeta a capacidade de consumo das classes médias e baixa, o que pode gerar retração econômica ao reduzir o poder de compra de uma parcela significativa da população.

Luciano de Oliveira e Silva
luciano.os@adv.oabsp.org.br

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188013?page=1
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188013?page=1§ion=2)**

Galípolo dá ênfase às projeções de inflação e cita atividade forte

Gabriel Roca e Gabriel Shinohara De São Paulo e Brasília

Em seu primeiro pronunciamento público após ter sua indicação à presidência do Banco Central (BC) aprovada pelo Senado, o diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, deu ênfase às projeções de **inflação** do Copom para guiar a trajetória da política monetária e atribuiu um peso importante às recentes surpresas relacionadas ao crescimento econômico para que o colegiado retomasse o processo de altas de juros.

Segundo o dirigente, o crescimento no país segue surpreendendo, apesar dos juros restritivos.

Ele disse que as projeções para a atividade econômica no Brasil são um tema central e que "todo mundo está observando" o assunto com atenção.

Neste contexto, Galípolo apontou que a **inflação** de setembro mostrou melhora em componentes ligados à política monetária, mas que as médias móveis trimestrais para serviços subjacentes ainda permanecem acima da meta, indicando dinamismo da economia.

Assim, o futuro presidente do BC classificou o descasamento entre a política monetária brasileira e global como fruto de um momento divergente entre os ciclos econômicos doméstico e externo.

"A atividade econômica segue persistente e as expectativas de **inflação** seguem desancoradas em um patamar desconfortável para o Banco Central", disse Galípolo, em evento organizado pelo Itaú BBA.

Sobre a desancoragem das expectativas inflacionárias, Galípolo apontou três razões possíveis para o fenômeno, que se alternam em importância ao longo do tempo entre os agentes econômicos.

O primeiro seria um ceticismo sobre a viabilidade de um país como o Brasil entregar uma meta de **inflação** de 3%. Outro tema seria relacionado à credibilidade do BC a partir do que seria o futuro da autoridade monetária com uma nova diretoria. No entanto, ao observar as expectativas do relatório Focus e das implícitas, há "dificuldade de encontrar algum degrau que represente uma descontinuidade pensando no horizonte relevante da política monetária", disse.

Assim, a explicação mais provável para a desancoragem estaria relacionada à atividade econômica e às variáveis que a influenciam.

"Desde o mercado de trabalho mais apertado, surpresas de crescimento, como fiscal impacta o crescimento, a questão de crédito, que segue com vigor dando sustentação para o consumo das famílias e para a demanda agregada. Tudo isso entre outras variáveis que são mais choques eventuais que envolvem desde questões climáticas ou até mesmo a questão do câmbio".

Galípolo também apontou que o Copom tem em seu cenário-base uma diminuição do impulso fiscal à frente. "Há quem diga que a redução do impulso fiscal [menos gastos] combinada a uma taxa de juros mais restritiva pode provocar uma desaceleração mais acentuada e uma consequente abertura no hiato do produto. Por outro lado, há quem olhe com mais atenção para a qualidade deste impulso fiscal, com aumento do salário mínimo e das políticas de transferência de renda, e entenda que estas políticas públicas, combinadas com um crédito forte, continuem dando sustentação para a demanda agregada." O dirigente disse saber que existe clareza dentro do Ministério da Fazenda sobre o que precisa ser feito em termos dos desafios ao fiscal. No entanto, há "dores" associadas ao processo de ajuste que decorrem da diferença de velocidade com que operam os mercados financeiros da velocidade possível com que opera a política.

"Quanto mais o tempo passa, a ansiedade por notícias positivas começa a se tornar uma expectativa de que essas medidas [do fiscal] não vão se concretizar. Mas acompanho a obstinação e sei do compromisso do Haddad em entregar uma política fiscal sustentável e socialmente justa", afirmou.

Segundo Galípolo, no entanto, esta tarefa parece menos desafiadora para o BC do que para a Fazenda.

"O BC tem uma meta de **inflação** e a sua função de reação vai se dar pela meta. Vamos perseguir a meta de **inflação**", concluiu.

"A atividade econômica segue persistente e as expectativas de **inflação** seguem desancoradas"

Gabriel Galípolo

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188013>

Galípolo coloca foco nas projeções de inflação para determinar ciclo de aperto

Alex Ribeiro De São Paulo

O futuro presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, colocou o foco nas projeções de **inflação** da própria autoridade monetária para guiar o mercado financeiro sobre o ritmo e o tamanho do ciclo de aperto monetário iniciado em setembro.

Em evento ontem promovido pelo Itaú, ele também passou mensagens importantes sobre como vê a evolução positiva recente da **inflação** corrente; sobre o papel das expectativas para a definição dos juros básicos; e sobre como o BC está observando o impulso fiscal.

O Comitê de Política Monetária (Copom) iniciou o ciclo de alta em setembro, subindo a meta da Selic de 10,5% ao ano para 10,75%. Mas não assumiu nenhum tipo de compromisso sobre seus passos futuros, que vão depender da evolução dos dados até cada reunião.

Galípolo, durante o evento, citou três vezes as projeções de **inflação** como um guia importante para as decisões futuras.

"A taxa de juros básica está se movendo basicamente observando o que está acontecendo do ponto de vista da atividade e olhando para a projeção de **inflação** no horizonte relevante", afirmou o hoje diretor de política monetária do BC, que foi aprovado pelo Senado na semana passada para assumir o comando da instituição em 2025.

As projeções de **inflação** costumam ser uma forma indireta de indicar o aperto necessário na Selic para cumprir a meta. Mas raramente os membros do Copom se referem de forma tão direta a elas.

O BC projetou **inflação** de 3,5% para o primeiro e o segundo trimestres de 2026, considerando um ciclo de juros que levava a Selic a um pico de 11,5% ao ano em janeiro de 2025. De lá para cá, os analistas reviram um pouco sua previsão para a Selic no fim do ciclo de aperto, para 12% ao ano.

Galípolo disse que as mais recentes divulgações do IPCA vieram qualitativamente melhores. Mas frisou que no fim das contas estão acima da meta, corroborando um cenário em que a economia opera

acima da sua capacidade. Ou seja, o recado é que não mudam o cenário e a projeção de **inflação** do BC.

O diretor foi questionado no evento sobre como vê a evolução das expectativas de **inflação**, que o BC tem chamado de desconfortáveis.

Ele respondeu que, no passado, essa desancoragem de expectativas estava mais relacionada a dúvidas do mercado financeiro sobre a capacidade de a economia brasileira conviver com taxas de **inflação** tão baixas como a meta de 3%. Esse fator, acrescentou, ficou mais fraco.

Ele também citou questões relativas à credibilidade do BC.

Mas, no fim, concluiu que a desancoragem das expectativas está mais ligada ao ciclo da economia: ou seja, à atividade econômica mais forte do que o previsto, que pressiona a **inflação**.

O recado, neste caso, parece ser o de que, para reverter a desancoragem, é preciso lidar com a economia sobreaquecida, que, no fim das contas, faz com que a **inflação** projetada fique acima da meta no horizonte relevante da política monetária. Não seria o caso, portanto, de apertar os juros de forma desmesurada apenas para ganhar credibilidade perante o mercado.

Essa é uma linha de raciocínio que vem sendo defendida pelo atual titular do BC, Roberto Campos Neto Campos Neto - ele usou esse argumento para esvaziar o excesso de precificação de alta de juros que havia no mercado na virada de agosto para setembro. Galípolo, com seu pronunciamento de ontem, parece se alinhar a essa visão.

Ele também organizou um pouco melhor a visão do BC sobre o impulso fiscal. A ata da última reunião do Copom e o Relatório de **Inflação** de setembro informam que o BC espera uma desaceleração do impulso fiscal.

Mas, recentemente, Campos Neto passou a expressar preocupação com a política parafiscal e com gastos fora do orçamento.

Galípolo disse no evento do Itaú que, embora a

medida tradicionalmente usada pelo BC para medir o impulso fiscal - a variação do resultado primário estrutural - esteja indicando contração, há dúvidas no mercado financeiro sobre se a composição do gasto público poderia provocar uma expansão.

Ele citou as transferências de renda e o aumento do salário mínimo, que colocam dinheiro na mão de quem tem maior propensão ao consumo. Evitou conclusões definitivas sobre esses temas e destacou que essa é uma incerteza que demanda prudência na execução da política monetária.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188013>

"Brasil vai precisar de capital especulativo para financiar balanço"

Adriana Cotias De São Paulo

Com o ciclo monetário no Brasil na contramão ao dos Estados Unidos, o real pode até experimentar um período de valorização em relação ao dólar, mas, com o fiscal ainda em xeque, não dá para se esperar uma apreciação consistente da moeda, segundo gestores de recursos que participaram de painel do Itaú BBA Macro Vision. Do lado mais pessimista, Mariana Dreux, da Itaú Asset, não descarta que a moeda bata os R\$ 6.

Uma piora nos dados do setor externo, o enfraquecimento da economia chinesa e eleições nos Estados Unidos são alguns pontos de atenção.

"Estou negativo com a China e a China é importante para o Brasil.

A minha visão é de enfraquecimento adicional para o real.

Além disso, tem o próprio risco Brasil. Apesar de a Moody's ter dado um "upgrade" [aumento da classificação], eu tenho dado "downgrade" [rebaixado] a cada notícia que sai", disse Rogério Xavier, sócio-fundador e presidente do conselho da SPX Capital.

Tendo iniciado a carreira nos anos 80, ele contou que descobriu ali que o problema do Brasil não era a **inflação**, e sim o fiscal, situação que ainda perdura. "A **inflação** é a coitada, é a consequência do desatino dos governos", afirmou Xavier. "Se não tiver as pontas equilibradas, esqueçam, o câmbio [dólar] vai andar, não tem jeito, é quase que uma profecia autorrealizável." Se até o ano passado o balanço de pagamentos mostrava números mais robustos, em 2024 o investimento estrangeiro direto será insuficiente para cobrir as necessidades de financiamento externo, disse o fundador da SPX. "[O país] vai precisar do dinheiro do "motel" [o capital especulativo], aquele que vem para ganhar com diferencial de juros e vai embora; é mais um motivo porque os juros têm que permanecer num nível atrativo, para chamar capital externo." Bruno Serra, ex-diretor de política monetária do Banco Central (BC) e hoje à frente dos multimercados da família Janeiro, da Itaú Asset, citou que a conta de transações correntes neste ano vai fechar com US\$ 30 bilhões faltando, por conta do aumento das importações.

É um dado que impacta o câmbio, mas a política monetária também é decisiva para o câmbio. Ele citou os percalços da transição no BC e o aumento de estímulo fiscal, forçando a autoridade monetária a ser reativa.

Conforme descreveu, até a reunião de maio do Comitê de Política Monetária (Copom), o real tinha se depreciado cerca de 3,5%, para a casa dos R\$ 5,10, mas depois do dissenso no colegiado, com os nomes indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva votando a favor de um corte maior de juro, a moeda se desvalorizou 8,5% a mais do que seus pares. O pico foi alcançado no início de agosto, antes de o BC começar a incorporar na sua comunicação a necessidade de uma elevação dos juros para manter a **inflação** sob controle.

"A política monetária voltando para o lugar, sanando a questão da transição do BC [com o discurso técnico de Gabriel Galípolo, que vai suceder Roberto Campos Neto], acho que tem espaço para o real ir bem no curto prazo", afirmou Serra, fazendo a ressalva de que segue cauteloso pela falta de dinamismo nas economias da Europa e da China.

"Quando penso no real versus seus pares, como a moeda chinesa e outras latino-americanas, acho que tem uma janela de seis a nove meses para o real performar bem, é difícil ficar apostando num "carry" [carrego] contrário", comentou Serra. "O desafio é chegar ao fim de 2025 e discutindo o orçamento para 2026, ano eleitoral, vai ser a "prova do pudim" da direção do país no médio prazo." Dreux comentou que o câmbio costuma ser um bom termômetro em Brasília, já que a classe política não tem muita sensibilidade com taxas futuras de juros ou com a **inflação** implícita.

"Mas a "febre" tem que ficar maior para mudar de direção.

Há grandes chances de [o dólar] passar dos R\$ 6 no curto prazo." Mesmo com um aumento de 0,50 ponto percentual da Selic, para 10,75% ao ano, no mês passado, a economia tem crescido acima do seu potencial e com o mínimo desemprego, apontou Xavier. "Alguma coisa estranha está acontecendo e a resposta mais óbvia é buscar o lado fiscal como vilão."

Estímulos parafiscais, com programas como o "Vale Gás" ou o "Pé de Meia", um incentivo para estudantes que cumprem as etapas do ensino médio, se somam ao desejo do governo Lula de zerar o imposto de renda para quem ganha abaixo de R\$ 5 mil. "São contas pesadas", disse Xavier, e que vão na contramão do ajuste fiscal necessário para manter a **inflação** sob controle e permitir que a economia rode com juros mais baixos. "O ministro [da Fazenda, Fernando Haddad] falou no encaminhamento de medidas para indicar algo de corte de gastos, mas até agora foram só declarações." O gestor mostrou ainda preocupação com a contabilidade do setor público, com vários fundos criados, debaixo da gestão da Caixa, e que têm sido usados para "burlar o resultado fiscal", a exemplo do Pé de Meia. "Por quê? Porque entra como despesa financeira e não gasto, é como se o governo tivesse alocado dinheiro para comprar cota de um fundo, mas não tem retorno, é a fundo perdido", afirmou Xavier.

"Não estou entrando no mérito se o jovem deveria ser apoiado por um programa de governo, mas está fazendo no programa errado, deveria aparecer no [resultado] primário e não está." Em mecanismos parafiscais, Xavier comentou que já circulam cerca de R\$ 100 bilhões e que "não há visibilidade".

"Não vejo vontade política de se atacar o gasto público, então [o Brasil] vai ter a taxa de juros que for necessária, em tese, para botar a **inflação** na meta. Não é por outra razão que a **inflação** embutida na NTN-B é de quase 6%." Para Serra, da Itaú Asset, o peso do impulso fiscal na economia parece que começa a perder força, mas é difícil achar o "timing" disso, depende do canal em que se joga o estímulo, se por meio de corte de **impostos**, aumento de transferência de renda ou via subsídio.

"Mas, pelo menos, o número cheio começa a ficar mais condizente com o crescimento perto de 2,5% real que o arcabouço deve definir pela frente." São dúvidas que, a seu ver, aos poucos tendem a ser esclarecidas. O BC, por sua vez, seguirá fazendo o seu trabalho e pode elevar a Selic em 2,5 pontos no atual ciclo.

"Febre tem que ficar maior para [governo] mudar de direção. Há grandes chances de dólar passar dos R\$ 6" Mariana Dreux

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188013>

Estrangeiro precisa "fazer lição de casa" para alocar no Brasil, diz Principal

Bruna Furlani De São Paulo

Ao olhar para os mais de 80 mercados que a Principal Asset Management monitora, o diretor-executivo e chefe global de investimentos da casa, Kamal Bhatia, diz que o investidor estrangeiro precisa "fazer a lição de casa para escolher os setores ou títulos certos" na hora de alocar no Brasil. Em visita ao país, o executivo conversou com o Valor e afirmou que a gestora classificou o Brasil como "amarelo", ou seja, um país que não está caro e nem barato, mas que há empresas que podem estar supervalorizadas e outras subvalorizadas.

"Não acho que seja muito um jogo de setor, é preciso fazer um trabalho um pouco maior de análise fundamentalista", diz, mesmo sem citar nomes específicos. Apesar disso, Bhatia vê que o Brasil pode se beneficiar de fluxos externos, diante do corte de juros iniciado pelo Federal Reserve (Fed, banco central americano). Já no mercado externo, a casa está otimista com o setor industrial americano e com os Reits (Real Estate Investment Trust), veículos muito semelhantes aos fundos imobiliários brasileiros, de data centers.

Leia abaixo os principais trechos da entrevista: Valor: Como o sr. vê o mercado brasileiro agora?

Kamal Bhatia: Quando entramos, tínhamos renda fixa, ações e macro. Nosso foco se tornou muito mais voltado para ações no Brasil.

Do ponto de vista de investimento, ficamos muito centrados no segmento de investidores de varejo por muito tempo. Depois, expandimos o nosso negócio institucional.

Estamos trabalhando muito mais com seguradoras e com bancos.

Também trabalhamos mais com o segmento corporativo.

Valor: Por que as seguradoras?

Bhatia: A Principal era e continua a ser uma seguradora. Quando olho para a nossa base global de investidores, trabalhamos com algumas das principais seguradoras do mundo. Entendemos muito bem o

segmento de seguros porque colocamos nosso próprio capital para trabalhar no segmento. As seguradoras também tendem a investir no setor imobiliário ou de crédito global, que costumamos ser muito bons.

Valor: O sr. vê oportunidade em algum serviço ou produto no mercado brasileiro?

Bhatia: Hoje não temos presença direta em mercados privados na América Latina ou no Brasil. Se eu fosse ter um item na minha lista de desejos, seria esse. Não atuamos diretamente no mercado imobiliário, de crédito e de infraestrutura privada na América Latina.

Nós gerenciamos isso nos EUA, na Europa e na Ásia agora.

Valor: Por que nesses setores?

Bhatia: Acho que esses mercados vão crescer nessas áreas. No Brasil, o "private equity" avançou muito. Em boa parte dos mercados, grande parte do private equity é controlado por pequenas famílias. Seja por razões de liquidez, planejamento sucessório ou mudanças no ambiente de mercado, esses negócios são oferecidos a compradores institucionais.

Mesmo em um país como o Brasil, o mercado imobiliário se beneficiaria com a maior participação de grandes investidores globais, como nós. Isso criaria mais valor ao longo do tempo. Tenho a mesma opinião sobre o crédito privado. Mercados como o Brasil estão prontos para isso.

Valor: E o que precisa acontecer para começar a investir nessas áreas no Brasil?

Bhatia: O mercado e os reguladores precisam ser mais abertos à participação ativa de gestores globais neste mercado. Tem que existir um jogo equilibrado para gestores não brasileiros.

Valor: O Brasil está ganhando relevância no cenário internacional?

Bhatia: Acreditamos que há grande valor nas ações da América Latina, em geral. O Brasil apresenta algumas concentrações quando se observa seu mercado de ações, mas é possível ter mais diversificação quando você pensa em adicionar o México, Chile ou outros.

Valor: Como o Brasil é visto, dado o ambiente de taxas de juros?

Bhatia: Há claramente uma oportunidade de "carry trade" [ganho com diferencial de juros] devido à diferença de taxas. Porém, o desafio com a renda fixa no Brasil é que ela não é tão atraente para compradores institucionais, dado o crescente déficit fiscal e a **inflação** um pouco mais alta e persistente.

A criação de valor no Brasil é realmente ser um investidor de capital.

Se a economia se mantiver estável ou em crescimento, acreditamos que o Brasil oferece um grande valor relativo do lado das ações. O país se tornou cada vez mais um mercado de renda fixa internamente e o valor líquido para investidores internacionais é maior do lado das ações.

Valor: É possível dizer que agora é "a hora do Brasil"?

Bhatia: Uma das análises que fazemos é olhar para os mercados e classificá-los em cores como vermelho, amarelo e verde. Vermelho significa que são caros em comparação com o histórico e com os fundamentos. Verde significa que eles estão muito baratos em comparação com o histórico e com os fundamentos. Amarelos significa que eles não estão baratos e nem caros. Você precisa fazer a lição de casa para escolher os setores ou títulos certos. O Brasil seria amarelo.

A razão é que existem empresas aqui que podem estar supervalorizadas e outras que estão subvalorizadas. Não acho que seja muito um jogo de setor, é preciso fazer um trabalho um pouco maior de análise fundamentalista.

Mas a economia está em um bom lugar. Ao olhar o histórico do preço/lucro, esse múltiplo também está na faixa inferior.

Valor: O Brasil vai conseguir atrair investidores estrangeiros?

Bhatia: A maior mudança que aconteceu no Brasil foi a saída significativa de fundos locais. Havia um mercado muito grande de gestores macro que estavam investindo ativamente em ações brasileiras. Isso mudou a dinâmica de onde as pessoas estão ou não investidas. Acho que muito dos fluxos de saída podem estar relacionadas a fundos fechando e o investidor retirando o capital. A minha visão é que o Brasil deve ser um beneficiário líquido de fluxos, porque o Fed está cortando os juros. O Brasil é muito interessante para pessoas que desejam guardar dinheiro por um

prazo mais longo, mas não tenho certeza se é tão emocionante para investimentos de curto prazo.

Valor: Vimos um avanço das ações de "big techs" americanas.

Quais são as oportunidades no mercado americano?

Bhatia: O segmento que vemos muito mais valor relativo é o de empresas de pequeno e médio valor. Todo mundo conhece as ações de grande capitalização, que se saíram muito bem, mas não é possível dizer para onde vão. Em um ambiente de juros em queda, isso ajudaria a reduzir o custo de financiamento para empresas menores.

Valor: Quais setores poderiam se destacar?

Bhatia: O de "industriais" [do setor industrial]. Todos nós mudamos para investir em empresas de "software" e não em companhias que possuem fábricas e manufaturas.

Há demanda pelo que eles produzem. Há apoio político e regulatório para reviver esse setor na maior parte do mundo. O setor passou por uma consolidação e as companhias ganharam poder de preço para que elas possam obter preços justos para o que estiverem produzindo.

Valor: Um dos investimentos que a casa vem aumentando é em Reits de data centers. Por quê?

Bhatia: O interesse em infraestrutura está aumentando globalmente.

A primeira explicação envolve o que está acontecendo com a IA [inteligência artificial], particularmente a generativa, e a estrutura que será necessária para realizar transações e para montar os data centers. Outra questão é a quantidade de energia e o capital que precisarão ir para o setor de energia para fazer isso rodar. É uma tendência de longo prazo muito forte. E os "valuations" de Reits têm estado baixos em comparação com os de "private real estate". Acho os Reits muito interessantes no setor imobiliário.

"O Brasil se tornou um mercado de renda fixa e o valor líquido para investidores internacionais é maior do lado das ações" Kamal Bhatia

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188013>

Bets impactam supermercadistas

Febre das apostas esportivas online preocupa setor supermercadista no estado e no país. Levantamento feito pela Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC) aponta que 6 em cada 10 consumidores entrevistados tiveram parte da renda principal comprometida pelas bets, enquanto que quase 20% afirmam que deixaram de fazer certas compras em supermercados. Especialistas entendem que os gastos com palpites estão afetando a compra de itens supérfluos e, em alguns casos, essenciais. "O baixo consumo de itens básicos já proporciona um saldo negativo. Porém, os produtos considerados supérfluos têm uma margem de lucro maior, o que gera um grande impacto ao setor", explica o economista e especialista em gestão de supermercados, Leandro Rosadas. Outro indicativo que reforça o sinal de alerta do segmento para o avanço do mercado de apostas se deu em função da escalada dos gastos com a diversão. Relatório produzido pelo Banco Santander mostra que o percentual da renda familiar gasto com bets mais que dobrou desde 2018, passando de 0,8% para 1,9% - e podendo chegar a 2,4%, de acordo com estimativas feitas com base em dados do Banco Central. "Este é um fenômeno absolutamente sem precedentes e que nos deixa muitos pontos de interrogação. Isso porque o nosso setor é acostumado e resiliente para enfrentar diversos desafios de ordem econômica, tais como endividamento, **inflação** e juros altos, desemprego. São pontos que variam conforme o momento. A menos que haja uma regulamentação, não sabemos o que esperar (das bets)", diz o empresário Eder Arruda, dono de uma mercearia no bairro Consil, em Cuiabá. A regulamentação e a adoção de programas de conscientização

são as ações mais efetivas para evitar maiores prejuízos ao setor, avalia Leandro Rosadas. O especialista entende que as empresas do segmento também devem investir na criação de promoções mais acessíveis e programas de fidelidade que oferecem recompensas para incentivar os consumidores a priorizarem suas compras no supermercado em vez de gastar em apostas. "Benefícios como descontos, prêmios e cashback são medidas eficazes. Ter uma estratégia de marketing consistente, uso de redes sociais e tráfego pago e um bom atendimento são ações fundamentais para estimular o consumo e fazer propaganda do seu negócio", finaliza

BC será 'dependente de dados e reativo', declara Galípolo

O diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, reforçou ontem que a instituição, que vai presidir a partir de janeiro, segue dependente de dados e reativa, em função das surpresas econômicas. Ao elencar os elementos que levaram o BC a uma posição mais conservadora, Galípolo citou o hiato positivo, o mercado de trabalho apertado, as surpresas com o crescimento econômico e o real mais desvalorizado. "Tudo isso a gente elencou, e estamos olhando, mas no fim do dia, dada a volatilidade, estamos dependentes de dados e mais reativos", disse o diretor ao responder a uma pergunta sobre a taxa terminal do ciclo de alta dos juros.

Galípolo participou nesta segunda do Macro Vision, evento do Itaú BBA, logo após a entrevista dada no mesmo fórum pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O diretor de política monetária disse que transparência, de modo a eliminar interpretações erradas sobre as decisões do BC, é um dos principais desafios.

"Parte do ruído sobre BC e política monetária se deve a alguma opacidade na comunicação".

Mais uma vez, ele defendeu que o BC não tenha voto na fixação da meta de **inflação** no Conselho Monetário Nacional (CMN). Lembrou que, em mais de um ano no Comitê de Política Monetária (Copom), já votou favorável à manutenção, redução e elevação dos juros. Ao falar sobre inovação, uma marca do presidente atual do BC, Roberto Campos Neto, Galípolo observou que esta frente de trabalho, após mostrar atrito maior em seu início, atingiu um grau de maturidade, sendo hoje uma agenda de parceria com quem faz a intermediação financeira, ou seja, os bancos.

"Vocês conhecem as dores do cliente. O BC quer ser não só um parceiro, mas também escutar as soluções possíveis para as dores", declarou Galípolo durante o evento do Itaú BBA.

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal.php?0cc175b9c0f1b6a8=829>

Governo deve ajustar política fiscal nos próximos meses

MARCO AURÉLIO NEVES

O governo federal deverá ajustar a política fiscal de forma a estar mais condizente com o que foi definido pelo novo arcabouço fiscal no próximo ano, afirmou o gestor líder da família de fundos Itaú Janeiro e ex-diretor de política monetária do Banco Central (BC), Bruno Serra, durante o evento MacroVision 2024, promovido pelo Itaú BBA.

Ele aponta que, após a economia passar por um período de grande impulso fiscal do governo federal, tanto na virada de 2022 para 2023, quanto na virada do último ano para o atual, com o pagamento dos precatórios atrasados no governo Bolsonaro, agora esse estímulo começa a perder força.

A situação das contas públicas deverá se enquadrar às metas do arcabouço fiscal para o orçamento de 2025. "Pelo menos o número cheio começa a ficar mais condizente com um crescimento perto dos dois e meio real que o arcabouço define para frente", disse Serra.

Ele ressalta que, no atual governo Lula III, não aconteceu o ciclo eleitoral que geralmente ocorre com governos recém-eleitos em boa parte do mundo e, principalmente, na América Latina: uma restrição na política fiscal nos primeiros anos do mandato, para uma expansão depois, na segunda metade do período, mais próximo das eleições.

Bruno Serra acredita que isso será feito agora, principalmente nos próximos meses, com o previsto ciclo de alta da taxa de juros (Selic) pelo Banco Central (BC).

"A gente acha que os próximos seis, nove meses, será um período que o governo vai arrumar a casa até para poder chegar no final de 2025, 2026, mais organizado. E aí acho que vai ter efeito esse ciclo de juros, juntamente com fiscal desacelerando a margem, então a gente acha que vai acabar funcionando", disse.

Bruno Serra considerou que a política monetária do BC, na presidência de Gabriel Galípolo, está bem encaminhada para colocar a inflação na meta, com o novo grupo de indicados pelo governo Lula votando em linha e com discursos bem alinhados para ajustes necessários.

"A gente escutou hoje o futuro presidente do Banco Central com discurso super alinhado, super correto, que a gente escutou de todos os presidentes do Banco Central que passaram e que fizeram o melhor trabalho no BC.

A gente torce para que seja assim", pontuou.

Já o sócio-fundador da SPX Capital, Rogério Xavier, é menos otimista e elencou a situação fiscal do País como o "vilão" para a situação atual, que considerou "estranha": crescimento econômico, com taxa de desemprego na mínima histórica, em um cenário de juros elevados.

Sistema parafiscal - Xavier aponta que o governo federal criou um "sistema parafiscal" que impulsiona a economia por meio de fundos, mas que esses gastos não estão incluídos no resultado primário das contas públicas, como o Pé de Meia, programa de incentivo financeiro a alunos do ensino médio público.

Ele ressalta que este "sistema parafiscal" movimentava cerca de R\$ 100 bilhões e tem feito a economia crescer acima das expectativas.

"Pelo discurso e pela ação, eu não vejo hoje nenhuma vontade política de se atacar o gasto público", diz. "Como o governo continua gastando - no fiscal e no parafiscal - muito, a probabilidade de a gente ter sucesso em trazer, com todo esforço, toda vontade que o Banco Central tem de colocar na meta, acho difícil que a gente consiga", ressalta.

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-15-10-2024/>

Atividade econômica supera expectativas em agosto

A atividade econômica brasileira superou as expectativas e voltou a crescer em agosto, dando continuidade à resiliência mostrada na primeira metade do ano, embora o dado do mês anterior tenha sido revisado para baixo.

O Banco Central (BC) informou ontem que o Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br), considerado um sinalizador do Produto Interno Bruto (**PIB**), avançou 0,2% em agosto sobre o mês anterior, em dado dessazonalizado.

A leitura foi melhor do que a expectativa em pesquisa da Reuters de estabilidade, marcando uma retomada ante a queda de 0,6% de julho. No entanto, esse dado foi revisado pelo BC de recuo de 0,4% informado antes.

Os dados do IBC-Br mostram ainda que, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o índice teve alta de 3,1% em agosto, enquanto no acumulado em 12 meses passou a um avanço de 2,5%.

Depois de surpreender com resultados melhores do que o esperado no primeiro semestre, a expectativa é de que a economia perca um pouco de força na segunda metade do ano diante da redução de estímulos fiscais.

A economia aquecida é um dos pontos de atenção do Banco Central devido à pressão inflacionária. No mês passado, o BC elevou a taxa de juros Selic em 0,25 ponto percentual, a 10,75%, e deve realizar novos aumentos nas duas últimas reuniões do ano.

A autoridade monetária ainda revisou sua projeção para o **PIB** deste ano a um crescimento de 3,2%, ante patamar de 2,3% antes.

Isso depois de o Ministério da Fazenda ter previsto expansão de 3,2% da economia.

Pesquisa Focus realizada pelo Banco Central mostra que a expectativa para a expansão do **PIB** este ano é de 3,01%, indo a 1,93% em 2025.

Em agosto, a produção industrial do Brasil voltou a crescer, a uma taxa de 0,1% sobre o mês anterior. No entanto, as vendas varejistas tiveram queda de 0,3%,

ainda que menor do que a esperada, e o volume de serviços frustrou a expectativa de ganhos para marcar uma retração de 0,4% em agosto.

O IBC-Br é construído com base em proxies representativas dos índices de volume da produção da agropecuária, da indústria e do setor de serviços, além do índice de volume dos **impostos** sobre a produção.

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/edic-ao-de-15-10-2024/>

Inflação e atividade econômica estão no radar do Banco Central

O diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, destacou ontem que, na condução da política monetária, os diretores da autarquia estão de olho nas projeções de **inflação** do Comitê de Política Monetária (Copom) e o desempenho da atividade econômica.

Em sua primeira fala pública após ter tido sua indicação para assumir a presidência do BC em 2025 aprovada pelo Senado, em evento promovido pelo Itaú BBA, Galípolo reiterou que cabe à autoridade monetária perseguir o centro da meta de **inflação**, e que a desancoragem das expectativas para os preços segue sendo uma preocupação.

"A taxa de juros básica aqui está se movendo basicamente observando o que está acontecendo do ponto de vista da atividade e olhando para as projeções da **inflação** dentro do horizonte relevante", disse ele.

A projeção de **inflação** do Copom para o primeiro trimestre de 2026, atual horizonte relevante de política monetária, está em 3,5%, acima da meta central de 3%.

O diretor reafirmou que cabe ao BC colocar a taxa de juros em patamar restritivo suficiente pelo tempo necessário para levar a **inflação** à meta, sendo mais cauteloso na política monetária em meio a um ambiente com mercado de trabalho mais apertado. "Dada a volatilidade, a gente está bastante dependente de dados e mais reativo", ressaltou.

Ele afirmou que o modelo do BC para projeção da **inflação** é essencial e "organiza o debate", reduzindo divergências na diretoria, mas disse que não há relação mecânica entre o modelo e a decisão do Copom.

Os juros básicos estão atualmente em 10,75% ao ano após o BC reiniciar um ciclo de alta na Selic citando um cenário com resiliência na atividade, pressões no mercado de trabalho e elevações nas projeções e expectativas de **inflação**.

No evento, Galípolo destacou que as sucessivas surpresas positivas nos dados de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) são "tema central" para o BC, argumentando que esse ponto parece estar entre

as razões para a desancoragem das expectativas.

O diretor avaliou que, olhando projeções de mercado do boletim Focus e informações de **inflação** implícita, "não parece" que há visão sobre uma eventual descontinuidade na atuação do BC.

Galípolo, que assume a presidência da autoridade monetária em janeiro de 2025, afirmou que a transição feita pelo atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, "tem sido grande exemplo de institucionalidade".

Dólar - O câmbio no Brasil é flutuante e as atuações do Banco Central se dão em situações de falta de liquidez ou excesso de volatilidade, sem que haja busca por qualquer nível específico para o real, disse ontem o diretor de Política Monetária da autarquia.

Galípolo afirmou que não há mudança de institucionalidade da lógica de atuação no câmbio pelo Banco Central. "O câmbio no Brasil é flutuante, é uma linha de defesa relevante para a estabilidade e absorção de choques, e as atuações do BC se dão exclusivamente por algum tema relacionado a falta de liquidez ou excesso de volatilidade, sem a persecução de qualquer tipo de nível de câmbio", afirmou.

Ao apontar que a volatilidade na interpretação de analistas sobre a forma de atuação do BC é quase tão grande quanto à da moeda brasileira, o diretor disse que o mercado migrou de um receio de "intervencionismo" para acusações de que ele é "mão fraca" nessa área.

O diretor ainda afirmou que o real tem ficado "persistentemente mais desvalorizado", mas enfatizou que não há relação mecânica entre o nível do câmbio e a definição dos juros básicos no Brasil. Após permanecer o fim de 2023 e início de 2024 ligeiramente abaixo de R\$ 5, o dólar passou a subir no País.

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/edic-ao-de-15-10-2024/>

Mercado eleva previsão de crescimento do PIB em 2024

O mercado financeiro aumentou as projeções de crescimento da economia e da **inflação** para este ano. A edição de ontem do Boletim Focus, emitido pelo Banco Central, aponta que o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) deverá ficar em 3,01%, um pouco acima dos 3% projetados na semana passada. Já a **inflação**, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi projetada em 4,39%, ante os 4,38% da semana passada.

A pesquisa Focus é realizada com economistas e é divulgada semanalmente pelo Banco Central. Para 2025, a publicação manteve a projeção de crescimento do **PIB** nacional da semana passada. Segundo o mercado financeiro, o **PIB** no próximo ano deve ficar em 1,93%. Para 2025 e 2026, a projeção de expansão do **PIB** é de 2% para os dois anos.

Em 2023, também superando as projeções, a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R\$ 10,9 trilhões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2022, a taxa de crescimento havia sido de 3%.

A previsão do IPCA, - considerado a **inflação** oficial do País, para 2025 caiu, passando de 3,97% na semana passada para 3,96% esta semana. Para 2026 e 2027, as previsões também são de 3,6% e 3,5%, respectivamente.

A estimativa para 2024 está acima da meta de **inflação**, mas ainda dentro da margem de tolerância que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

Meta contínua - A partir de 2025, entrará em vigor o sistema de meta contínua e, assim, o CMN não precisa mais definir uma meta de **inflação** a cada ano. O colegiado fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Em setembro, puxado principalmente pelo gasto com a conta de energia elétrica das residências, o IPCA registrou alta de 0,44%. O aumento foi de 0,46 ponto percentual em relação ao mês anterior (-0,02%), influenciado pelo grupo habitação (1,8%), que

contabiliza o reajuste nas tarifas de energia elétrica residencial.

No período, o gasto com o consumo de energia passou de -2,77% em agosto para 5,36% em setembro. O grupo alimentação e bebidas também contribuiu para a aceleração do IPCA (0,5%), que registrou aumento após dois meses de quedas seguidas.

Para o ano, o acumulado da **inflação** é de 3,31%, sendo que - nos últimos 12 meses - o índice está em 4,42%.

Em relação à taxa básica de juros, a Selic, o Focus manteve a projeção da semana passada de que a taxa termine 2024 em 11,75%.

Para 2025, a projeção do mercado financeiro é que a Selic fique em 11%. Para 2026 e 2027, as projeções são de que ela fique em 9,5% e 9%, respectivamente.

Para alcançar a meta de **inflação**, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 10,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A alta recente do dólar e as incertezas em torno da **inflação** fizeram o colegiado elevar os juros pela primeira vez em mais de dois anos, na última reunião, em setembro.

A última alta dos juros ocorreu em agosto de 2022, quando a taxa subiu de 13,25% para 13,75% ao ano. Após passar um ano nesse nível, a taxa teve seis cortes de 0,5 ponto e um corte de 0,25 ponto, entre agosto do ano passado e maio deste ano. Nas reuniões de junho e julho, o Copom decidiu manter a taxa em 10,5% ao ano.

A próxima reunião do Copom está marcada para 5 e 6 de novembro, quando os analistas esperam um novo aumento da taxa básica.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 em 11,75% ao ano.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na

hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando a taxa Selic é reduzida, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a **inflação** e estimulando a atividade econômica.

Em relação ao câmbio, a previsão de cotação do dólar ficou em R\$ 5,40 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda norte-americana se mantenha em R\$ 5,40. Para 2026, o câmbio deve ficar, de acordo com o Focus, em R\$ 5,30, a mesma projeção para 2027.

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-15-10-2024/>

Mercado eleva projeção de expansão da economia

AGÊNCIA BRASIL

O mercado financeiro aumentou as projeções de crescimento da economia e da **inflação** para este ano. A edição dessa segunda-feira (14) do Boletim Focus - emitido pelo Banco Central - aponta que o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) deverá ficar em 3,01%, um pouco acima dos 3% projetados na semana passada. Já a **inflação** - medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - foi projetada em 4,39%, ante os 4,38% da semana passada.

A pesquisa Focus é realizada com economistas e é divulgada semanalmente pelo Banco Central. Para 2025, a publicação manteve a projeção de crescimento do **PIB** - a soma dos bens e serviços produzidos no país - da semana passada. Segundo o mercado financeiro, o **PIB** no próximo ano deve ficar em 1,93%. Para 2025 e 2026, a projeção de expansão do **PIB** é de 2% para os dois anos.

Em 2023, também superando as projeções, a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R\$ 10,9 trilhões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2022, a taxa de crescimento havia sido de 3%.

A previsão do IPCA - considerado a **inflação** oficial do país - para 2025 caiu, passando de 3,97% na semana passada para 3,96% esta semana. Para 2026 e 2027, as previsões também são de 3,6% e 3,5%, respectivamente.

A estimativa para 2024 está acima da meta de **inflação**, mas ainda dentro da margem de tolerância que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

Em setembro, puxado principalmente pelo gasto com a conta de energia elétrica das residências, o IPCA registrou alta de 0,44%. O aumento foi de 0,46 ponto percentual em relação ao mês anterior (-0,02%), influenciado pelo grupo habitação (1,8%), que contabiliza o reajuste nas tarifas de energia elétrica residencial.

No período, o gasto com o consumo de energia passou de -2,77% em agosto para 5,36% em setembro. O grupo alimentação e bebidas também contribuiu para a aceleração do IPCA (0,5%), que registrou aumento após dois meses de quedas seguidas.

Para o ano, o acumulado da **inflação** é de 3,31%, sendo que - nos últimos 12 meses - o índice está em 4,42%.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6359>

Projeção do déficit primário do País cai para R\$ 63,8 bi em 2024

Os analistas de mercado ouvidos mensalmente pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda projetam que o governo entregará um resultado primário com déficit de R\$ 63,8 bilhões em 2024. A estimativa mostra um cenário um pouco melhor em relação ao documento anterior, de setembro, que projetava um rombo de R\$ 66,6 bilhões.

Os dados constam do boletim Prisma Fiscal de setembro, divulgado ontem e repetem a melhora já registrada no mês passado. Contudo, enquanto as expectativas de resultado primário avançam positivamente, a projeção da dívida pública piora.

O governo pretende zerar o déficit neste ano com o novo arcabouço fiscal, aprovado no ano passado. Embora a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 prevesse um pequeno superávit de R\$ 2,8 bilhões neste ano, dentro do resultado neutro almejado, o relatório bimestral de despesas e receitas divulgado em setembro projeta o resultado primário com um déficit de R\$ 28,3 bilhões (ante déficit de R\$ 28,8 bilhões permitido pela banda inferior da meta).

Para 2025, a projeção do Prisma também mostra um resultado melhor em relação ao mês anterior. A expectativa do mercado é de déficit de R\$ 88,4 bilhões - em setembro, a projeção era de rombo de R\$ 93 bilhões. O governo alterou a meta fiscal para 2025 quando enviou o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO) ao Congresso: de um superávit equivalente a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano, agora o alvo é repetir o resultado neutro, de 0% do PIB.

Um dos objetivos da nova regra fiscal é perseguir superávits primários, partindo de um resultado neutro em 2024. A proposta substituiu o teto de gastos, com regras mais flexíveis para as despesas do governo. Os gastos só poderão crescer em até 70% do aumento da receita, dentro do intervalo de 0,6% a 2,5% acima da inflação.

Receitas federais - O Prisma deste mês revisou para cima as previsões do mercado para as receitas federais em 2024, com a estimativa passando de R\$ 2,633 trilhões para R\$ 2,645 trilhões. Para 2025, a projeção para a arrecadação também avançou, passando de R\$ 2,779 trilhões para R\$ 2,799 trilhões.

A estimativa para a receita líquida do governo central neste ano passou de R\$ 2,146 trilhões para R\$ 2,147 trilhões, enquanto para o próximo ano variou também para cima. Pelo lado do gasto, a projeção de despesas totais do governo central neste ano variou de R\$ 2,209 trilhões para R\$ 2,210 trilhões. Para 2025, a estimativa avançou de R\$ 2,366 trilhões para R\$ 2,369 trilhões.

A mediana das projeções dos analistas do Prisma para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) registrou piora. Para 2024, passou de 77,91% do PIB em setembro para 78,27% do PIB no relatório divulgado nesta segunda-feira.

Para 2025, a estimativa passou de 80,61% para 81,20%, na mesma comparação.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 estimava que a DBGG chegasse a 77,9% do PIB no próximo ano. A expectativa era de que a dívida bruta alcançasse 79,1% do PIB em 2026 e 79,7% do PIB em 2027.

Contudo, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, já adiantou que essa trajetória será alterada. Segundo ele, agora a previsão é de que a dívida bruta feche 2024 entre 77,5%, 77,7% ou 77,8% do PIB. Em 2028, o nível da DBGG ficaria entre 81% e 82% do PIB.

"A mediana para a dívida bruta registrou piora. Para 2024, passou de 77,91% para 78,27% do PIB. Para 2025, a estimativa subiu de 80,61% para 81,20% do PIB"

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/edic-ao-de-15-10-2024/>

Estudos sobre riqueza e pobreza das nações levam Nobel de Economia

JULIANA CAUSIN E CAROLINA NALINI (Carolina Nalin)

Quais fatores permitiram que certas nações prosperassem ao longo da História, enquanto outras ficaram para trás? Essa é a pergunta fundamental que levou Daron Acemoglu, Simon Johnson e James A. Robinson a estudar o desenvolvimento econômico e a desigualdade. Laureados com o Nobel de Economia deste ano, o trio trouxe à tona o papel crucial das instituições sociais na formação da riqueza dos países, e explorou como essas estruturas se formaram ao longo da História.

"Sociedades com um Estado de Direito fraco e instituições que exploram a população não promovem crescimento nem mudanças positivas", afirmou a Academia Real de Ciências da Suécia na divulgação do prêmio. "A pesquisa dos laureados nos ajuda a entender o porquê." Ao anunciar os vencedores, o presidente do Comitê do Prêmio em Ciências Econômicas da Academia, Jakob Svensson, destacou que a diferença de prosperidade entre nações é um dos desafios mais urgentes da atualidade. Ele enfatizou que os pesquisadores ajudaram a esclarecer o porquê de as desigualdades econômicas entre países ricos e pobres continuarem tão persistentes ao longo do tempo.

O Comitê destacou que o Produto Interno Bruto (**PIB**) dos países que estão entre os 20% mais ricos do mundo é 30 vezes maior do que os que estão entre os 20% mais pobres. Embora essas nações menos favorecidas tenham melhorado, a distância entre os dois grupos não diminuiu.

O trio mostra que é preciso observar as raízes históricas da formação das nações para entender como essa lacuna persiste, com foco nas instituições políticas e sociais. Essas estruturas são divididas em dois grupos: as inclusivas, que garantem participação econômica maior, e as extrativas, que concentram riqueza. Eles dizem que as instituições inclusivas levaram à prosperidade e as extrativistas foram benéficas apenas àqueles no poder.

-Em vez de perguntar se o colonialismo é bom ou ruim, observamos que diferentes estratégias coloniais levaram a diferentes padrões institucionais que persistiram ao longo do tempo - disse Acemoglu por telefone durante a entrevista coletiva após o anúncio

do prêmio. -De modo geral, o trabalho que realizamos favorece a democracia. Mas a democracia não é uma panaceia.

Otaviano Canuto, pesquisador do Policy Center for the New South e ex-vice-presidente do Banco Mundial, ressalta que o argumento deles é que não é a geografia nem a cultura que explica por que alguns locais prosperam e outros não: -E essa diferenciação entre o caráter extrativo e inclusivo das instituições é um ponto de partida relevante. Eles mostraram bem isso na análise sobre o efeito do colonialismo.

O ponto de partida dos estudos foi a colonização europeia a partir do século XVI. Em regiões como África e América Latina, os colonizadores exploraram recursos em benefício de uma elite. Em locais menos ricos em recursos, como nos Estados Unidos, predominaram as instituições inclusivas, que impulsionam o desenvolvimento. O processo levou ao que eles chamam de "reversão da fortuna", com efeitos que ainda perduram.

-Em vez de perguntar se o colonialismo é bom ou ruim, observamos que diferentes estratégias coloniais levaram a padrões institucionais distintos que persistiram ao longo do tempo -disse Acemoglu.

Turco radicado nos Estados Unidos, Acemoglu é pesquisador do Departamento de Economia do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), mesma instituição do britânico Simon Johnson, que foi economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI) entre 2007 e 2008. Cientista político e economista, James Robinson é professor da Universidade de Chicago e coautor, com Acemoglu, do livro "Por que as nações fracassam: As origens do poder, da prosperidade e da pobreza", publicado no Brasil pela Intrínseca.

O sociólogo Simon Schwartzman, da Academia Brasileira de Ciências (ABC), destaca o resgate para a economia do debate sobre o papel das instituições e da história no desenvolvimento: -Eles têm uma contribuição importantíssima. Trazem essa discussão para um campo que deixou ela de lado por muito tempo.

Daniel Duque, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/ FGV), explica que foi na década de 1990, com

os primeiros trabalhos de Acemoglu e Robinson, que surgiu um campo de pesquisa, apoiado pela economia empírica e o acesso a dados históricos robustos, além do avanço das técnicas econométricas: -Isso teve muita repercussão porque foram trabalhos muito bem fundamentados, teórica e empiricamente.

O economista Marcelo Ne-ri, diretor da FGV Social, diz que as pesquisas são "fundamentais" trazem uma abordagem inovadora ao introduzir o papel das instituições.

- A história econômica é uma disciplina longa, mas o nível de sofisticação que eles trazem é um diferencial, também pelas conclusões.

Outros estudos de Acemoglu e Robinson nos últimos dez anos reforçaram a visão de que as instituições democráticas tendem a promover um crescimento econômico mais robusto no longo prazo.

-Os estudos mostram que o que importa é a qualidade das instituições políticas. As instituições econômicas inclusivas são dissolvidas se as políticas não forem também inclusivas -sintetiza Duque.

Essa também foi a avaliação de Dani Rodrik, economista da Harvard Kennedy School. Os três laureados contribuíram para uma compreensão mais clara de que a democracia pode ser importante para o desenvolvimento bem-sucedido -algo que nem sempre foi amplamente aceito dentro da profissão, disse ele.

INOVAÇÃO E DESIGUALDADE

Em conversa com jornalistas após receber o prêmio, Acemoglu afirmou que o crescimento econômico em regimes autoritários em geral é "instável" e não leva à inovação, o que eles chamam de crescimento extrativista. Questionado sobre o caso da China, ele disse que, embora esses regimes autoritários possam mobilizar recursos rapidamente e gerar crescimento no curto prazo, a abordagem tende a ser menos duradoura.

Simon Johnson e Daron Acemoglu têm estudado sobre a relação entre inovação tecnológica e desigualdade. Em "Poder e progresso: uma luta de mil anos entre tecnologia e prosperidade" (Companhia das Letras), os pesquisadores avaliam os efeitos econômicos de saltos tecnológicos nos últimos dez séculos. Em entrevista ao GLOBO, em julho, Johnson alertou que, com o avanço da inteligência artificial, há risco de elevar os ganhos de produtividade de parte dos trabalhadores, enquanto outros poderão ser substituídos. " Isso torna mais difícil para as democracias funcionarem como desejamos", dissera.

"O trabalho que realizamos favorece a democracia.

Mas a democracia não é uma panaceia" Daron Acemoglu, pesquisador do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT)

Por que as nações fracassam?

Por que algumas nações são ricas e outras são subdesenvolvidas? Este foi o que os economistas Daron Acemoglu e James A. Robinson buscaram responder no livro "Por que as nações fracassam: As origens do poder, da prosperidade e da pobreza". O livro lançado em 2012 se tornou best-seller do New York Times e do Wall Street Journal.

O livro é considerado um marco nos estudos de desenvolvimento econômico ao trazer contribuições relevantes para a área da economia política contemporânea.

A obra se afasta de explicações consideradas "deterministas" para explicar o desenvolvimento das nações, que atribuíam o sucesso econômico a recursos naturais e condições climáticas que favorecem a agricultura. Outras teses defendem que trabalho árduo, educação e ética empresarial seriam mais favoráveis ao desenvolvimento.

A tese do livro é que as instituições políticas e econômicas ocupam papel central no processo de desenvolvimento. Os países bem-sucedidos são os que construíram instituições "inclusivas"

Suas práticas prejudicam as relações econômicas "extrativas", como a servidão e escravidão, que são justamente observadas em países que fracassaram e que construíram instituições "extrativistas".

Enquanto as instituições inclusivas garantem participação mais ampla da população na economia e na política e levam o país à prosperidade, as extrativistas são projetadas para que a maioria da população seja explorada para extrair renda e riqueza e beneficie uma minoria dominante.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Para economistas, Trump causaria mais déficit e inflação do que Kamala

Paul Kiernan e Anthony DeBarros Dow Jones, de Washington

A maioria dos economistas acredita que a **inflação**, as taxas de juros e os déficits seriam maiores sob as políticas que o ex-presidente Donald Trump adotaria em um segundo mandato, do que sob as propostas pela vice-presidente Kamala Harris. É o que mostra uma pesquisa trimestral conduzida pelo "The Wall Street Journal".

Os resultados da pesquisa feita entre 4 e 8 de outubro refletem os números de outra realizada em julho, quando Trump enfrentava o presidente Joe Biden. Kamala tornou-se a candidata do Partido Democrata logo depois.

Desde então, Kamala e Trump anunciaram novas propostas políticas.

Kamala, por exemplo, propôs novos créditos para crianças recém-nascidas e compra de moradias, enquanto Trump propôs cortes de **impostos** sobre pagamentos de horas extras e **benefícios da previdência social**, além de deduções para juros de financiamentos para compra de automóveis e **impostos** estaduais e locais.

O resultado é que economistas ainda afirmam que as políticas de Trump têm uma probabilidade maior de aumentar a **inflação**, os déficits e as taxas de juros. Na verdade, essa diferença ficou ainda mais evidente desde julho.

Dos 50 economistas que responderam à pergunta da pesquisa sobre a **inflação**, 68% disseram que os preços subiriam mais sob Trump do que sob Kamala. Em julho esse número foi de 56%. Apenas 12% dos economistas disseram acreditar que a **inflação** seria maior sob um governo de Kamala Harris, enquanto o restante não viu nenhuma diferença material entre os dois candidatos.

"Ambos têm políticas que são inflacionárias", disse Dan Hamilton, diretor do centro de pesquisas econômicas e previsões da Universidade Luterana da Califórnia. Mas em uma mudança em relação às suas previsões de julho, Hamilton e seu colega Matthew Fienup agora veem um segundo mandato de Trump produzindo uma **inflação** maior por causa de seus

planos tarifários.

"Desde julho, ficou claro para nós que Trump é ainda mais contra o livre comércio do que Kamala", disse Hamilton.

Desde julho Trump prometeu tarifas gerais de 10% a 20% sobre produtos importados, sendo que seu plano anterior era de impor tarifas de 10%. Ele também propõe uma tarifa de 60% ou mais sobre as importações da China.

Estudos sobre as tarifas impostas em seu primeiro mandato constataram que elas frequentemente eram repassadas aos importadores ou consumidores, prejudicando os setores que dependem de insumos importados.

"Se as tarifas funcionarem da maneira como os economistas acreditam que elas funcionam, acho que as pessoas terão uma surpresa muito desagradável", disse Philip Marey, estrategista sênior do Rabobank para os EUA.

Trump alardeou as tarifas como uma forma de levar empregos de volta para os EUA, arrecadar dinheiro para o governo federal e punir países que "vêm nos roubando há anos". Ele contesta os pontos negativos dessas medidas, e diz que a **inflação** foi mais baixa durante seu mandato - apesar da guerra comercial com a China e atritos com outros parceiros comerciais - do que sob Biden.

"As políticas de Trump, naquela época e agora, alimentarão o crescimento, reduzirão a **inflação**, inspirarão a indústria, tudo isso enquanto protegem os trabalhadores e trabalhadoras da nossa nação de políticas desequilibradas que favorecem outros países", disse Brian Hughes, um assessor da campanha de Trump. "As elites de Wall Street seriam sábias em rever o histórico e reconhecer as deficiências de seu trabalho anterior se quiserem que suas novas previsões sejam vistas como confiáveis." O "WSJ" pediu aos economistas que avaliassem as propostas dos candidatos. A implementação dessas políticas dependerá de vários fatores, sendo o mais importante a composição do Congresso.

A pandemia de covid-19 e suas consequências dificultam uma comparação direta dos registros

econômicos dos presidentes Trump e Biden. O emprego cresceu mais sob Biden do que sob Trump, principalmente porque a pandemia vaporizou 20 milhões de empregos no começo de 2020, preparando o cenário para uma recuperação dramática. A **inflação** atingiu o maior nível em 40 anos sob Trump, muito disso por causa das perturbações nas cadeias de abastecimento relacionadas à pandemia e dos estímulos federais.

A pesquisa perguntou aos economistas como as tarifas amplas propostas por Trump afetariam o emprego na indústria em de três a cinco anos, em relação a um cenário sem tal política. Dos 44 economistas que responderam, 59% disseram que a taxa de emprego seria menor, enquanto apenas 16% disseram que ela seria maior. O restante disse que ela seria a mesma.

Embora nem Trump nem Kamala tenham demonstrado muito interesse pela austeridade fiscal, 65% dos economistas disseram que as políticas propostas por Trump exerceriam uma maior pressão para o aumento do déficit federal, um aumento em relação aos 51% registrados em julho.

O Comitê para um Orçamento Federal Responsável estima que os planos de Trump aumentariam o déficit federal em US\$ 7,5 trilhões na próxima década, mais que o dobro do esperado sob Kamala.

"Trump é ainda mais contra o livre comércio do que Kamala" Dan Hamilton

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188013?page=1
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188013?page=1§ion=2)**